

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ARIANE DANTAS PRIVITERA

Exploração mineral no Seridó Paraibano: a desigualdade e as relações de trabalho por trás da exploração do Caulim em Junco do Seridó (PB)

Mineral exploration in the Seridó Paraibano: the inequality and labor relations behind the exploitation of caulim in Junco do Seridó (PB)

São Paulo

2017

ARIANE DANTAS PRIVITERA

Exploração mineral no Seridó Paraibano: a desigualdade e as relações de trabalho por trás da exploração do Caulim em Junco do Seridó (PB)

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P945 Privitera, Arianne Dantas
Prie Exploração mineral no Seridó Paraibano: a
desigualdade e as relações de trabalho por trás da
exploração do Caulim em Junco do Seridó (PB) / Arianne
Dantas Privitera ; orientador Manoel Fernandes de
Sousa Neto. - São Paulo, 2017.
71 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Caulim. 2. Exploração Mineral. 3. Recursos
Naturais. 4. Desigualdades. I. Neto, Manoel
Fernandes de Sousa, orient. II. Título.

À Geraldo de Medeiros Dantas, meu avô, que nos acolhia em Santa Luzia. E aqueles, na Paraíba, que serviram como inspiração para esta monografia e para futuros trabalhos.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela possibilidade de conhecer a Paraíba.

Ao Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação.

Ao Jorge Douglas da Nóbrega, pela disposição e ajuda na monografia.

Aos meus amigos, que me apoiaram e indicaram excelentes livros, que foram utilizados como referências nesta monografia.

Não há, nunca houve, aqui um povo livre,
regendo seu destino na busca de sua própria
prosperidade. O que houve e o que há é uma
massa de trabalhadores explorada, humilhada
e ofendida por uma minoria dominante,
espantosamente eficaz na formulação e
manutenção de seu próprio projeto de
prosperidade, sempre pronta a esmagar
qualquer ameaça de reforma da ordem social
vigente.

(RIBEIRO, Darcy, 2015)

RESUMO

PRIVITERA, Ariane Dantas. **Exploração mineral no Seridó Paraibano: a desigualdade e as relações de trabalho por trás da exploração do Caulim em Junco do Seridó (PB).** 2017. 71 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A monografia traz à tona a atividade de mineração do caulim no Seridó Paraibano, com enfoque no principal município produtor do minério na região, Junco do Seridó (PB). Diversas problemáticas foram abordadas ao longo do levantamento de dados, do histórico do setor na região e na pesquisa de autores clássicos sobre a desigualdade regional brasileira e da economia nacional. São elas: a precarização do trabalho nos garimpos, a informalidade imposta aos trabalhadores do caulim, os impactos ambientais gerados pela atividade de mineração no município e seu resultado como um fenômeno construído através do desenvolvimento regional desigual. O presente estudo ainda abordou pesquisadores que estiveram nos garimpos de Junco do Seridó e que relataram a condição do trabalho e da saúde dos garimpeiros. Enfatiza-se, por meio deste estudo, a necessidade de mudanças nas condições de exploração, na gerência dos recursos naturais e na organização do trabalho, como uma proposta para uma maior atuação do Estado no âmbito social e econômico. A desigualdade decorrente da exploração do minério do caulim em Junco do Seridó revela que a matéria-prima explorada na região possui dono e que, aos trabalhadores e ao meio ambiente, restam apenas as consequências negativas desta exploração.

Palavras-chave: Caulim . Exploração Mineral. Recursos Naturais. Desigualdades.

ABSTRACT

PRIVITERA, Ariane Dantas. **Mineral exploration in the Seridó Paraibano:** the inequality and labor relations behind the exploitation of caulim in Junco do Seridó (PB). 2017. 71 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The study brings to light the “caulim” mining activity in the Seridó Paraibano, focusing on the main producing municipality in the region, Junco do Seridó. Several issues were studied during the survey of data, the history of the sector in the region and the research of classical authors on the Brazilian regional inequality and the national economy. The problems are the precariousness of work in caulim-digging, the informality imposed on caulim workers, the environmental impacts generated by the mining activity in the municipality and its result as a phenomenon built through unequal regional development. The present study also studied researchers who were in the junks of Junco do Seridó and who reported the condition of work and health of the caulim miners. It is emphasized, through this study, the need for changes in the conditions of exploitation, in the management of natural resources and in the organization of work, as a proposal for a greater interference of the State in the social and economic sphere. The inequality resulting from the exploitation of the Caulim in Junco do Seridó reveals that the raw material used in the region has a owner and that only the negative consequences of this exploitation are left to the workers and the environment.

Keywords: Kaolin. Mineral exploration. Natural Resources. Inequalities

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem de Satélite da localização da Imerys RCC no Pará	17
Figura 2 - Imagem de Satélite da localização do Porto Privativo da Imerys RCC no Estado do Pará	17
Figura 3 - Rio Jari à esquerda, e Rio Amazonas à direita	18
Figura 4 - Imagem de satélite da localização da CADAM S/A no Amapá	18
Figura 5 - Imagem de satélite de Vitória do Jari (canto inferior à direita) e mina de caulim (canto superior à esquerda)	18
Figura 6 - Imagem de satélite da localização de Munguba, no Pará	19
Figura 7 - Província Pegmatítica da Borborema, em Santa Luzia - PB	23
Figura 8 - Rejeito de caulim em Junco do Seridó - PB	39
Figura 9 - Mina de caulim em Junco do Seridó - PB	40
Figura 10 -Trabalhador na mina de caulim em Junco do Seridó - PB	42
Figura 11 - Material comprimido em pastilhas.Junco do Seridó-PB	46
Figura 12 -Material comprimido em pastilhas sendo carregado.Junco do Seridó-PB	46
Figura 13 - Tanque em alvenaria para filtragem de material. Junco do Seridó - PB	46
Figura 14 - Tanques em alvenaria e garimpeiro. Junco do Seridó - PB	47
Figura 15 - Trabalhador movendo material em pastilha. Junco do Seridó - PB	47
Figura 16 - Caminhão com carga de minérios em Junco do Seridó - PB	59
Figura 17 - BR-230 em Junco do Seridó - PB	60
Figura 18 - Minerais próximos à BR-230 em Junco do Seridó - PB	60
Figura 19 - Caminhão próximo à BR-230 em Junco do Seridó - PB	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População masculina distribuída por faixa etária e total de Junco do Seridó - PB	49
Quadro 2 - População feminina distribuída por faixa etária e total de Junco do Seridó - PB	49

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa Geológico do Estado da Paraíba	27
Mapa 2 - Mesorregiões do Estado da Paraíba	28
Mapa 3 - Microrregiões do Estado da Paraíba	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
CDRM	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais
CINEP	Companhia de Desenvolvimento da Paraíba
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
EMATER	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A INDÚSTRIA DO CAULIM NO BRASIL	16
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO MINERAL CAULIM	16
2.2	ASPECTOS GERAIS DA INDÚSTRIA DE CAULIM NO BRASIL	16
2.3	ASPECTOS ECONÔMICOS DA INDÚSTRIA DE CAULIM NO BRASIL	21
3	SERIDÓ E PROVÍNCIA PEGMATÍTICA DA BORBOREMA	23
3.1	A PROVÍNCIA PEGMATÍTICA DA BORBOREMA	24
3.2	JUNCO DO SERIDÓ: UM RECORTE DA PROVÍNCIA PEGMATÍTICA DA BORBOREMA	26
4	A INDÚSTRIA DO CAULIM NA PARAÍBA	30
4.1	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA MINERAÇÃO PARAIBANA	30
4.2	INFORMALIDADE EM JUNCO DO SERIDÓ - PB: FLEXIBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	35
4.3	IMPACTOS AMBIENTAIS DA EXTRAÇÃO DE CAULIM EM JUNCO	39
5	OS GARIMPOS DE CAULIM E A CONDIÇÃO DO TRABALHO	42
6	DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL	52
6.1	ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL: CENTRO-SUL E NORDESTE	54
6.2	JUNCO DO SERIDÓ NAS VEIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL	58
7	ALGUMAS SOLUÇÕES GERAIS PARA JUNCO DO SERIDÓ	63
8	CONCLUSÃO	66
9	REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

O que seria o caulim? Algo que está dentro de nossas casas, na lousa das escolas, no giz dos professores, na tinta das paredes e nas panelas de cozinhar.

O Brasil é um dos maiores produtores de caulim do mundo e há rochas espalhadas por grande parte do território brasileiro em que se encontra o caulim. O país é um provedor desta matéria prima, ele explora exportando e consumindo internamente e, como é um recurso natural, possui uma trajetória de como é explorado.

Um dos objetivos desta monografia é analisar essa trajetória, mas com o enfoque em um pequeno município paraibano, Junco do Seridó, que explora caulim em seu entorno, mas de uma forma diferente das demais regiões produtoras de caulim, como no Norte e no Sudeste do país. Ele é precário, informal e realizado sem critérios ambientais. Por quê? É uma pergunta que esta monografia faz. E para quê?

O caulim, como todo recurso natural no território brasileiro, possui conflitos de interesse em sua exploração e, muitas vezes, acabam por ocasionar situações degradantes.

Para termos ideia: a mineração de caulim em Junco do Seridó representa o arcaísmo e a precarização do trabalho. A informalidade é a marca há muitos anos dos trabalhadores do caulim no município. As empresas de beneficiamento do minério têm sua origem na região Centro-Sul do país, explorando o caulim sem critérios ambientais, ocasionando problemas nos reservatórios de água do município e, conseqüentemente, no seu abastecimento. A extração do caulim em Junco não possui a presença do Estado e coloca em risco a vida dos trabalhadores.

As outras regiões do Brasil, ainda que sob a influência das desigualdades, possuem, em suas áreas de mineração de caulim, um porte tecnológico que não se encontra em Junco do Seridó. A informalidade não é a marca da trabalho. Há a presença do Estado, mesmo sendo deficitária e em prol dos interesses econômicos dos grandes grupos empresariais e do capital internacional.

O tema se apresenta complexo. Buscou-se, por meio do caminho teórico sobre as desigualdades regionais do Brasil, analisar a construção dessas desigualdades no Nordeste em atuação com a região Centro-Sul do país. Para isso, a monografia visou o levantamento bibliográfico de autores clássicos sobre o tema, autores que

abordaram a mineração de caulim no Seridó Paraibano - seus aspectos históricos, sociais e econômicos - para o entender a situação criada em Junco do Seridó.

Esta monografia, mesmo que não possa responder todas as perguntas, também se indaga com a criação de atividades de extração de minérios em regiões privilegiadas geologicamente do Nordeste e como foram articuladas para serem provedoras de minérios a empresas privadas de origem, por exemplo, de Santa Catarina ou São Paulo. Uma porta aberta para aprofundar a análise posteriormente.

Para o entendimento das desigualdades regionais, utilizou-se os clássicos Francisco de Oliveira (1981), Darcy Ribeiro (2015) e Manoel Correia de Andrade (1964). Também foram utilizados Sandra Lencioni (2009) e José Willian Vesentini (1992). Sobre Junco do Seridó, utilizaram-se artigos publicados sobre o município e o Seridó Paraibano, bem como a busca em órgãos estatais sobre a mineração de caulim no Estado da Paraíba e no Brasil.

2 A INDÚSTRIA DO CAULIM NO BRASIL

2.1 Caracterização do mineral caulim

O caulim, também denominado como “China Clay” na literatura, é formado pelo mineral caulinita ($\text{Al}_2\text{O}_3 \cdot m\text{SiO}_2 \cdot n\text{H}_2\text{O}$)¹, abundante na superfície terrestre e um dos mais importantes minerais industriais. No Brasil, é encontrado em depósitos sedimentares ou em pegmatitos.

Sobre o caulim, Guerra (1972) afirma:

Argila pura, de cor branca, resultante da decomposição dos feldspatos por efeito da hidratação. O caulim é explorado, por vezes, em veios de pegmatito formando material para a produção de porcelanas (...) Na fabricação de cerâmica fina o caulim é o complemento indispensável do feldspato. É consumido também na indústria do papel (GUERRA, 1972, p.88).

O caulim, desde há muito tempo, foi utilizado na fabricação de artigos de porcelana e cerâmica. A partir do século XX, o caulim começou a ser utilizado na indústria de papel e, posteriormente, em plásticos, pesticidas, cosméticos, produtos farmacêuticos, entre outros, abrangendo uma enorme variedade na aplicação industrial (NÓBREGA, 2009, p.13). Atualmente, o caulim está em diversos produtos que as pessoas utilizam em seu cotidiano, diversificando sua utilização. Mas a exploração nas minas de caulim mantém-se, em algumas regiões do Brasil, na mesma condição das primeiras formas de captação de minerais na história do país.

2.2 Aspectos Gerais da indústria de caulim no Brasil

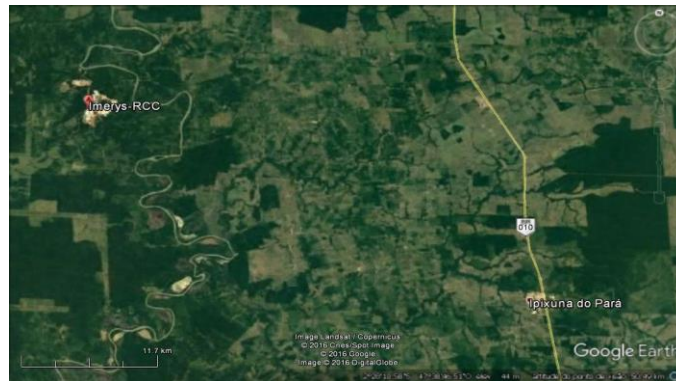
De acordo com o Sumário Mineral (BRASIL, 2014), o maior produtor de caulim no Brasil é a região Norte do país, e representou, no ano de 2013, 71% do total da produção interna do caulim brasileiro. O Estado do Pará possui as duas maiores

¹ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral-SGM. Banco Mundial. Banco Internacional para a reconstrução e desenvolvimento –BIRD. Relatório Técnico 39. Perfil do Caulim. 2009. 61 p.

mineradoras de caulim do país, sendo o Estado com maior produção e, logo após, o Estado do Maranhão e o Estado do Amapá como terceiro maior produtor de caulim no país.

O Ministério de Minas e Energia do Brasil, em um relatório técnico do ano de 2009², alega que as reservas de caulim no país são da ordem de 5,0 bilhões de toneladas e concentram-se, em sua quase totalidade, nos denominados depósitos sedimentares, localizados nos três maiores distritos caulíferos do país: Rio Capim, no município de Ipixuna no Estado do Pará; Jari, no Estado do Amapá; e no município de Manaus, no Estado do Amazonas

Figura 1 – Imagem de Satélite da localização da Imerys RCC no Pará



Fonte: Google Earth (02/01/17).

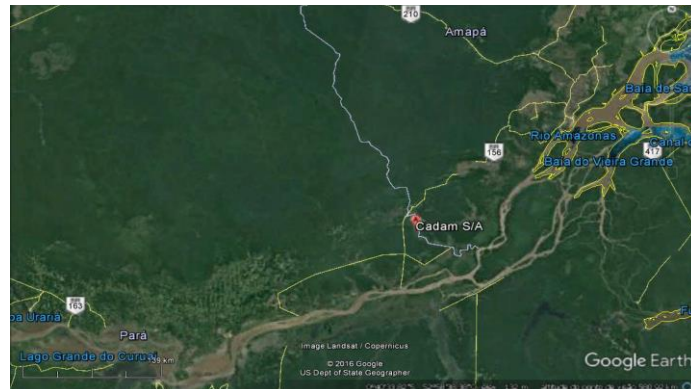
Figura 2 - Imagem de Satélite da localização do Porto Privativo da Imerys RCC no Estado do Pará



Fonte: Google Earth (02/01/17).

² BRASIL, Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral-SGM. Banco Mundial. Banco Internacional para a reconstrução e desenvolvimento –BIRD. Relatório Técnico 39: Perfil do Caulim. 2009. 61 p. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256650/P28_RT39_Perfil_do_Caulim.pdf/c122682a-3c84-40e8-b7f4-e18894f3d42c>. Acesso em: 15 abr. 2016.

Figura 3 - Imagem de satélite da localização da CADAM S/A no Amapá



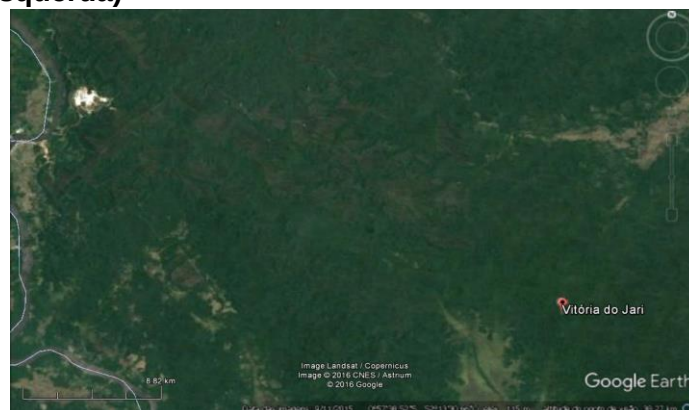
Fonte: Google Earth (02/01/17).

Figura 4 - Rio Jari à esquerda, e Rio Amazonas à direita



Fonte: Google Earth (02/01/17).

Figura 5 - Imagem de satélite de Vitória do Jari (canto inferior à direita), e mina de caulim (canto superior à esquerda)



Fonte: Google Earth (02/01/17).

Figura 6 - Imagem de satélite da localização de Munguba, no Pará



Fonte: Google Earth (02/01/17).

Dessas, a primeira mina a entrar em operação foi a da empresa CADAM S/A, localizado no morro do Felipe, no município de Vitória do Jari, na divisa dos Estados do Amapá e Pará. A usina de beneficiamento e o Porto privado estão na margem esquerda do Rio Jari, em Munguba, no Estado do Pará (BRASIL, pg. 07, 2009)

Já as outras duas minas de grande porte, o relatório também indica:

Operadas pelas empresa Pará Pigmentos S/A –PPSA e Imerys Rio Capim Caulim S/A – IRCC, estão situadas na bacia do Rio Capim, no município de Ipixuna do Pará, no Estado do Pará. Estas duas últimas empresas, PPSA e IRCC ambas destinam o caulim passado por um beneficiamento para Barcarena através de um mineroduto de 158 quilômetros da mina para a planta de beneficiamento, onde se localiza a usina de secagem, instalação de embalagem e o terminal portuário privativo. As demais empresas, exceto as duas de porte médio, são de pequeno porte. (BRASIL, 2009, pg. 07)

A CADAM e a PPSA fazem parte da área de negócio de caulim da Vale. A primeira opera mina a céu aberto em Vitória do Jari, no Estado do Amapá, e o beneficiamento em Munguba, Estado do Pará, onde tem Porto próprio. O seu capital votante é controlado em 100% pela Vale, que detém 61% no total do capital da empresa, sendo os outros 39% controlados pelo Banco do Brasil S/A (22%) e pelo BNDES (17%). Na PPSA, a Vale e a Mitsubishi Corporation controlam, respectivamente, 85,6% e 14,4% do capital votante, detendo a primeira 86,2% do capital total (BRASIL, 2009, pg.08).

Portanto, a produção do caulim na Região Norte possui três minas controladas por três grandes empresas: a CADAM S/A, nos Estados do Amapá e Pará; Pará Pigmentos S/A – PPSA; e Imerys Rio Capim Caulim – IRCC, no Estado do Pará, sendo

as duas primeiras pertencentes a Vale e, a terceira, pelo grupo francês Imerys (BRASIL, 2009).

A exportação do mineral caulim no Brasil é direcionada para diversos setores industriais, principalmente a indústria do papel, como elemento de alvura e fixação de impressão, para revestimento “coating” e para carga “filler”. Para o consumo interno, as principais formas de utilização do caulim são para a fabricação de cimento e para a indústria de cerâmica, que retiram o caulim em produções deste, em pequeno porte, sendo utilizados tanto em cerâmicas branca e vermelha, para cimento, borracha, plástico, tintas, refratários e, em menor proporção, para enchimento (filler) e cobertura (coating) na indústria de papel.

São estas duas empresas, Vale e Imerys, que controlam 92,5% do caulim produzido no país (BRASIL, 2009, p.4). As três minas produzem caulim de alta qualidade, majoritariamente destinado ao mercado internacional para a aplicação na indústria de papel, onde é utilizado como coating, um material usado no revestimento de papel em alta qualidade para escrita e para a impressão.

O caulim normalmente ocorre associado à impurezas e necessita de beneficiamento. O processo de beneficiamento tem início geralmente próximo da mina. As minas de grande porte da Região Norte são todas com lavra a céu aberto (BRASIL, 2009). As atividades de mineração subterrânea do caulim ocorrem principalmente em Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, em minas de origem primária.

Outros Estados também produzem caulim, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tornando o Brasil um dos maiores produtores e exportadores de caulim no mundo, sendo o minério beneficiado e como produto manufaturado. A exportação do caulim beneficiado representa a maior taxa no total de exportação de caulim (99% de bens primários de caulim). Os principais países de destino do caulim brasileiro são: Bélgica (32%), Estados Unidos (26%), Canadá (15%), Finlândia (12%) e Itália (5%). Em relação ao caulim manufaturado, os principais destinos foram: Paraguai (19%), Argentina (14%), Bolívia (12%), Angola (11%) e Estados Unidos, com (9%) (BRASIL, 2014).

A Imerys também é uma das principais produtoras de caulim em São Paulo, junto com a Empresa de Mineração Horii e a Sociedade Caulinita Ltda. Possui sua sede na França e realiza operações em 47 países (BRASIL, 2009). A Imerys chegou ao Brasil quando a planta de produção de caulim tipo cobertura, em Devon, na

Inglaterra, transferiu-se para o complexo de produção do Pará, onde construiu e opera, até atualmente, em Barcarena, *a maior usina de beneficiamento de caulim do mundo* com uma capacidade de produzir 1,6 milhões de toneladas por ano (BRASIL, 2009).

2.3 Aspectos Econômicos da indústria de caulim no Brasil

A produção do caulim brasileiro, que é destinada ao mercado internacional, é dependente das condições econômicas do comércio internacional. A crise financeira abalou a exportação do caulim e sua produção vem diminuindo. Como é controlado por empresas privadas, também é dependente da situação destas e possuem nas regiões das minas de caulim um parque tecnológico que possibilita uma produção capaz de atingir grandes lotes de caulim para a exportação.

Por ser um recurso natural explorado por empresas privadas, a forma de recompensar minimamente os municípios onde é feita a exploração - dado os impactos ambientais e sociais - é realizado pela CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. A CFEM é destinada a 65% ao município onde ocorre a exploração - 23% ao estado onde se localiza o município e 12% para a União.

Com relação aos incentivos fiscais, os projetos da Amazônia gozam dos privilégios concedidos pela SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e no Nordeste, da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que inclui também o norte do Estado de Minas Gerais (BRASIL, 2009, p.46).

É possível notar que há uma parceria público-privada na produção mineral do caulim. A parte pública oferece incentivos fiscais, áreas para a mineração e beneficiamento, trabalhadores etc, sendo a exploração do minério a parte privada. Muito comum na história da exploração dos recursos naturais brasileiros esta relação, a ser provada pela atuação dos órgãos estatais como SUDAM e SUDENE, e como veremos na produção de caulim na Paraíba.

Apesar dos relatórios estatais indicarem que exista um rigor quanto à proteção ambiental sobre os impactos da mineração de caulim, é fato que há impactos ecológicos da mineração, pois o processo de beneficiamento do caulim ocasiona rejeitos, que podem ou não ser reaproveitados pelas empresas. Em regiões como o Nordeste, na Província Pegmatítica da Borborema, o impacto ambiental têm

prejudicado as cidades onde se localizam a mineração de caulim e o processo se dá de forma mais precária, como garimpagem, e difere das outras regiões brasileiras.

3 SERIDÓ E PROVÍNCIA PEGMATÍTICA DA BORBOREMA

Figura 7 - Província Pegmatítica da Borborema, em Santa Luzia-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Na época em que predominava-se o modelo exportação da cana de açúcar e algodão no Nordeste, o Sertão Seridó produzia algodão como produto primário para os países europeus (OLIVEIRA, 1981). Ao longo dos anos, a região foi modificando sua economia, até ser reconhecida por órgãos estatais de mineração como uma região geologicamente privilegiada. Assim, a região do Seridó dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte foi recebendo nomenclaturas de acordo com suas características geológicas. A Província Pegmatítica de Borborema, como ficou nominada, e que se estende por todo o Seridó, é a região conhecida pelas suas riquezas minerais.

A região do Seridó é lembrada pela mundialmente conhecida Turmalina Paraíba, uma turmalina de rara cor azul, que desde o seu aparecimento aos olhos do minerador, em Salgadinho, na Paraíba, têm provocado inúmeros conflitos humanos em sua extração. Do pobre garimpeiro ao consumidor estrangeiro, numerosos são os casos de conflitos em volta de um dos mais raros cristais do mundo, que apenas abrange o Seridó. Não são incomuns relatos, na região, de famílias que venderam seus terrenos, em troca de um dinheiro a mais, para um comprador de outro Estado - ou alguém com escolaridade maior - e verem, depois de alguns anos, que venderam seus terrenos a preço muito barato quando observam que o comprador instalou um garimpo no local.

Nesta região, é muito comum a garimpagem como processo de extração dos minerais. O caulim, por exemplo, quando extraído em alguma cidade pertencente ao Seridó, tem a sua extração feita através da garimpagem. É por meio dos garimpos que muitas famílias adquirem dinheiro para a sua sobrevivência. Um caso específico, que engloba e demonstra como a região articulou-se em torno da atividade mineradora, é Junco do Seridó, pertencente ao Seridó Paraibano.

São esses e outros relatos que fazem o Seridó ser conhecido pela sua riqueza mineral e se organizar em torno disso. Muitas instituições instaladas nos municípios da região oferecem cursos técnicos relacionados à mineração, para a geração de mão de obra especializada nesta atividade. O clima semiárido atua por minimizar os impactos do intemperismo químico nos minerais pegmatíticos, preservando-os e possibilitando a sua extração.

O Seridó Paraibano é uma região que abrange cidades pequenas e se divide em Seridó Oriental e Ocidental. São alguns dos municípios que compõem a região em seu lado ocidental: Santa Luzia, Várzea, São Mamede, Salgadinho, São José do Sabugi e Junco do Seridó. Praticamente, quase todas as cidades que pertencem ao Seridó Paraibano passaram por alguma atividade extrativa mineradora. A região é conhecida pelas suas riquezas minerais e pela mineração de caulim. Esses minerais de valor econômico pertencem aos corpos pegmatíticos encontrados na região, dado a sua estrutura geológica.

3.1 A Província Pegmatítica da Borborema

A Província Pegmatítica da Borborema, uma das mais importantes províncias geológicas do Nordeste, é onde se situam as rochas de pegmatito em que são extraídos minerais de valor econômico, sendo um deles o caulim. O pegmatito, de acordo com Guerra (1972), é uma rocha intrusiva, da mesma composição do granito. Nele se encontra minerais de grande valor econômico³.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (RECIFE, 2002) considera a Província Pegmatítica da Borborema um distrito mineiro do Nordeste Oriental, que abrange os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Estes Estados denominam

³ Guerra, Antônio Teixeira. Instituto Brasileiro de Geografia. Dicionário geológico-geomorfológico. 3. ed. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia, 1972. 439 p.

como Seridó a região que abrange o planalto de Borborema em seus territórios, onde localiza-se a província pegmatítica. Diz o relatório sobre a Província Pegmatítica da Borborema, que se encontra na faixa de dobramento Seridó nas partes dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte:

A Província Pegmatítica da Borborema-Seridó, encerra uma quantidade apreciável de corpos pegmatíticos homogêneos, heterogêneos e mistos (cerca de 420), distribuídos numa área de aproximadamente 6.000 Km quadrados, de aspecto grosseiramente fusiforme. Estes corpos filonianos assumem grandezas e tipologias estruturais variadas, e apresentam, na sua grande maioria, mineralizações metalíferas importantes, do ponto do vista econômico, destacando-se: Be (berilo e água marinha), Ta/Nb (tantatalita/columbita), Sn (cassiterita), Li (ambligonita) e Bi (bismutinita). Entre os não-metálicos, também importantes economicamente, destacam-se a turmalina azul, conhecida mundialmente como Turmalina Paraíba, o caulim, os feldspatos, as micas e os quartzos (RECIFE, 2002, p.141)

Na Paraíba, estes minerais são comumente encontrados nesta região que abrange boa parte do Estado. No caso de Junco do Seridó, que se encontra nesta província pegmatítica, e pertencente à microrregião do Seridó Ocidental Paraibano, a mineração do caulim representa a atividade econômica mais importante do município, pois as principais ocorrências de caulim na Paraíba dão-se justamente na região do Seridó (WANDERLEY, 2002, p.112). Essas informações modificaram-se ao longo dos anos, em que a cidade foi palco de pesquisas, mas a atividade de extração do caulim permaneceu e ainda representa uma das principais atividades econômicas do município.

Na área do município de Junco, encontramos a Formação Equador, que pertence ao Grupo Seridó e é uma unidade litoestratigráfica dividida em Seridó, Equador e Jurucutu. No Mapa Geológico do Estado da Paraíba (**Mapa 1**), observa-se que o município localiza-se próximo às três formações do Grupo Seridó, mas o caulim explorado no município encontra-se na Formação Equador, dominado por moscovita quartzito e metaconglomerados⁴.

O caulim em Junco é extraído nos garimpos e passa por um processo de beneficiamento através de usinas de decantação localizadas próximas às áreas de extração do mineral, para posteriormente ser vendido para algumas empresas de São Paulo (Coral, Itatex e Unicolor – fábricas de tintas e cerâmicas), para algumas

⁴ Geologia do Estado da Paraíba. Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba – AESA. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/mapas.html>. Visualizado em 12 de out. de 2016.

empresas de Recife e Santa Catarina e para empresas de cerâmica e borracha de outras localidades. O caulim de Junco também é utilizado para a fabricação de isolantes elétricos(B RASIL, 2014).

3.2 Junco do Seridó: um recorte da Província Pegmatítica da Borborema

O pequeno município de Junco do Seridó, de apenas 6.643 habitantes, está dentro da Província Pegmatítica da Borborema, com 170,420 km² de extensão (IBGE, 2010). No município, encontram-se os minerais de pegmatito, devido à sua formação geológica, sendo o caulim o mineral mais explorado na cidade.

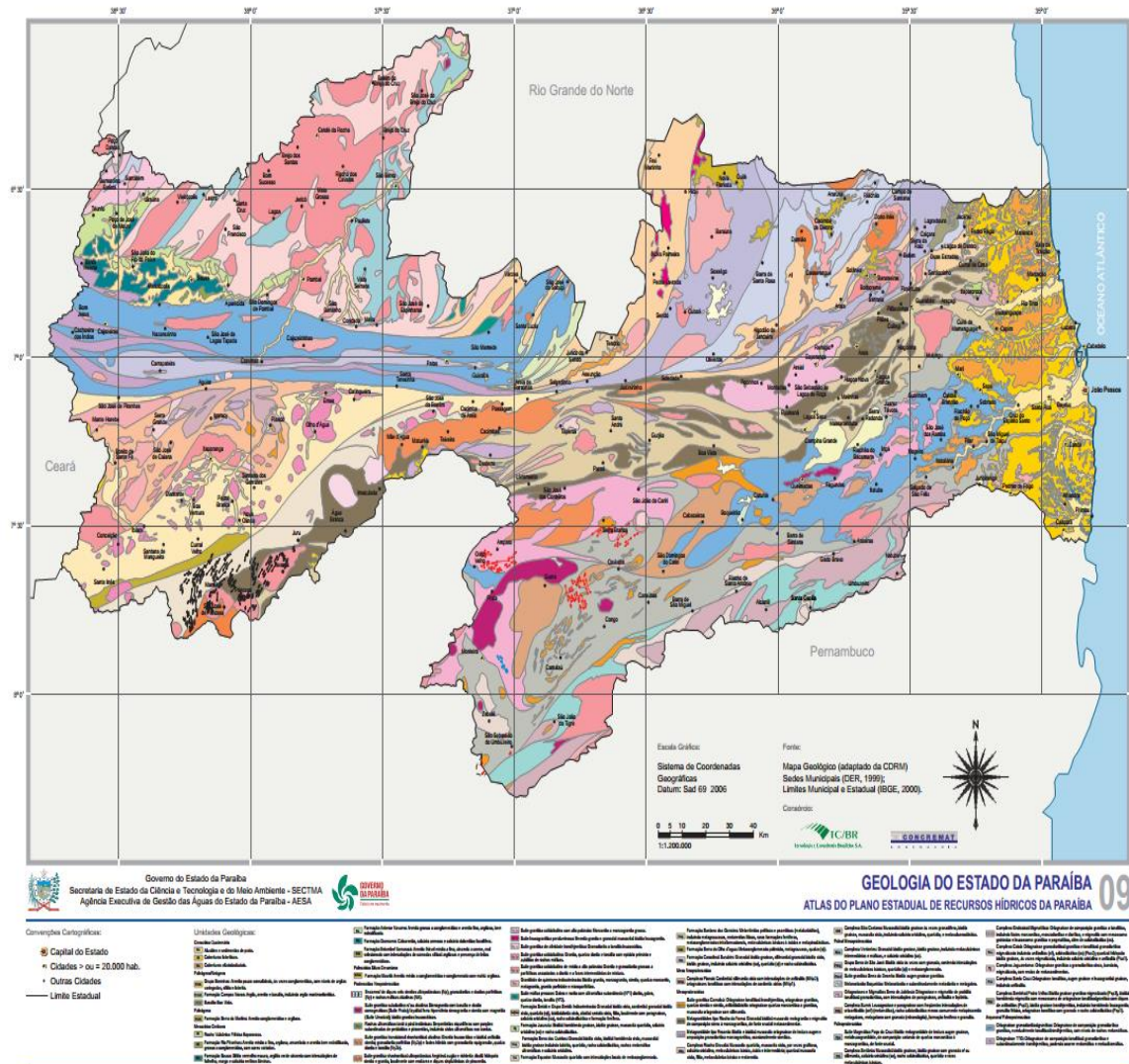
Junco do Seridó possui altitude de 590m e localiza-se entre as coordenadas geográficas de 06° 59'48" S e 36° 42'47" W, (PRODER, 1997, p. 11).

Geologicamente o município de Junco do Seridó faz parte de uma província mineral: Província Pegmatítica da Borborema. A área que compõe a província é ligeiramente ondulada, com direção preferencial NE-SW, abrangendo municípios dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte: Acari (RN), Carnaúba dos Dantes (RN), Jardim do Seridó (RN), Santana do Seridó (RN), Parelhas (RN), Equador (RN), Lajes Pintadas (RN), Campo Redondo (RN), Rui Barbosa (RN), São Tomé (RN), Cerro Cora (RN), Caiçara do Rio dos Ventos (RN), Lages e Jardim de Angicos (RN); Frei Martinho (PB), Picuí (PB), Nova Palmeira (PB), Pedra Lavrada (PB), Seridó (PB), Cubati (PB), Tapera (PB), Juazeirinho (PB), Salgadinho (PB), Santa Luzia (PB), Tenório (PB), Várzea (PB), Assunção (PB) e Junco do Seridó (PB). Na Paraíba esses municípios pertencem a micro região do Seridó Oriental e do Seridó Ocidental, ocupando o município de Junco do Seridó posição mais meridional na província (...) (NÓBREGA, 2009, p.20)

O caulim, muitas vezes, aflora nas áreas do município, facilitando a descoberta de jazidas minerais, e auxiliando no desenvolvimento de uma intensa atividade de mineração no município, tendo o garimpo a principal forma de captação desses minerais de pegmatito (NÓBREGA, 2009).

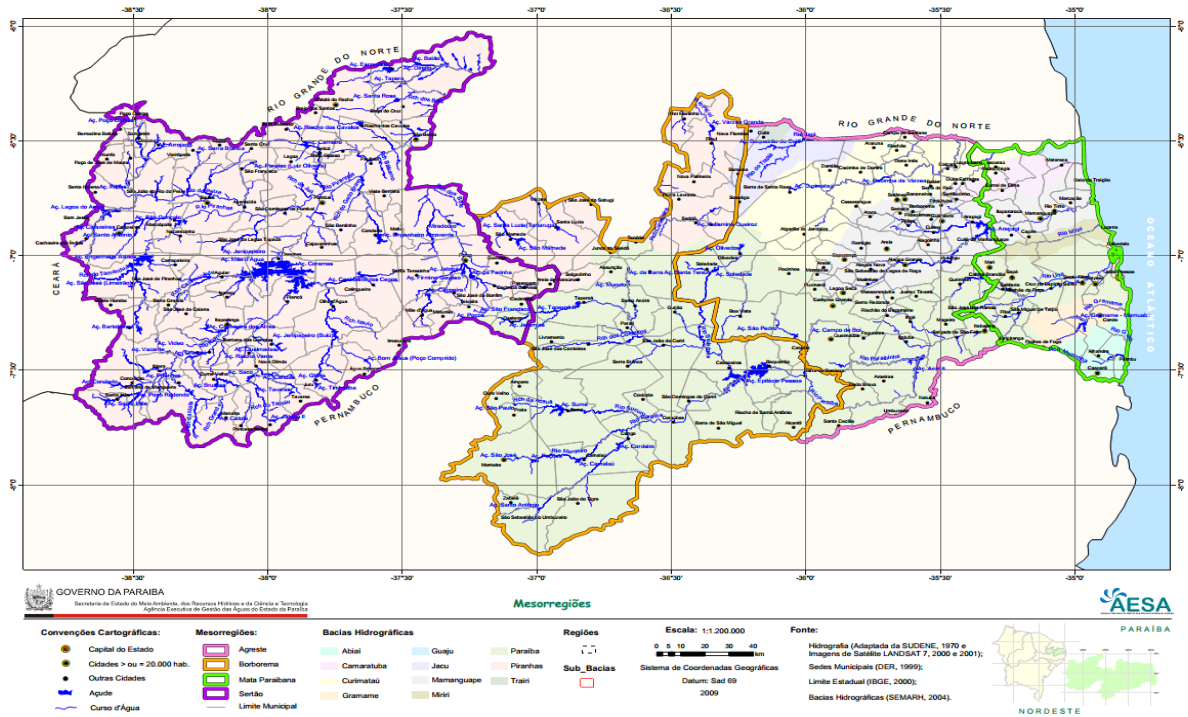
(...) a cidade há muito tempo está caracterizada como propícia as atividades de extração mineral, ou seja, é um grande garimpo onde homens e mulheres de geração a geração desde tempos remotos retiram o sustento. No subsolo do município existem vários minerais a exemplo do caulim, formando um considerável patrimônio natural. Essa riqueza mineral incrustada no município deve-se a forma como se apresenta sua província geológica na região, muitas vezes de corpos pegmatíticos, rocha da cobiça dos garimpeiros, aflora e facilita a descoberta das jazidas minerais. (NÓBREGA, 2009, p. 2)

Mapa 1- Mapa Geológico do Estado da Paraíba



Fonte: Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba – AESA

Mapa 2 - Mesorregiões do Estado da Paraíba



Fonte: Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba – AESA

4 A INDÚSTRIA DO CAULIM NA PARAÍBA

Este capítulo tem por objetivo introduzir o leitor a uma descrição histórica da indústria de caulim na Paraíba, com enfoque no processo em que se deu o surgimento da exploração de caulim no Seridó Paraibano e em Junco do Seridó, a organização do trabalho na região e os impactos ambientais que a mineração de caulim ocasionam na cidade. Vimos como se dá o processo da mineração de caulim no Brasil, especialmente na região Norte brasileira, que difere tanto tecnologicamente quanto na organização da produção, enquanto que, no Nordeste, a maioria dos trabalhadores estão na informalidade e os empresários negociam individualmente o preço do caulim e o seu destinatário, ao passo que, no Norte, todo o conjunto da produção e do trabalho pertencem unicamente a uma grande empresa (Vale ou Imerys). É o Nordeste a região brasileira mais precarizada na produção de caulim? Por meio destas observações, é necessário questionar como se constituiu a mineração de caulim em Junco do Seridó.

4.1 A trajetória histórica da mineração paraibana

A produção mineral do Estado da Paraíba, de acordo com o Serviço Geológico do Brasil (BRASIL, 2002), é denominada pelas substâncias não metálicas (rochas e minerais industriais), que incluem cerca de 11 itens produzidos. Dentre estes, destaca-se o caulim. A mineração na Paraíba é uma atividade comum do Estado, dado à grande variedade de minerais explorados em seu solo. De acordo com Caio Prado Júnior (2000), a mineração -mas levando em consideração também a “lavoura” em sua afirmação- , “ambas se destinam a exploração de produtos que têm por objeto unicamente a exportação” (PRADO JÚNIOR, 2000, p.171). Portanto, a atividade mineradora na Paraíba tem por objetivo a exploração de recursos minerais para a exportação e o Estado mantém essa atividade econômica, dado a sua estrutura geológica, até atualmente.

A região Nordeste do Brasil, apesar de sua heterogeneidade, manteve há décadas o papel de produtor de poucas matérias primas. No Sertão, a atividade econômica caracterizava a região como algodoeira-pecuária até meados do século XX, gerando o nome algodão-mocó ou seridó, que posteriormente veio a nomear o Seridó paraibano e do Rio Grande do Norte, enquanto que, em outras regiões

nordestinas, dominava-se a produção de cana-de-açúcar, recebendo elas o título de Nordeste Açucareiro (OLIVEIRA, 1981, p.35).

Referente à atividade mineradora, a Paraíba, assim como outras regiões brasileiras, teve como ponto de partida principal a oferta de ouro e pedras preciosas à Coroa, mas não havia uma exploração maciça como em outras regiões, pois não existiam interesses no conhecimento das jazidas minerais nordestinas e o trabalho era realizado rudimentarmente (PRADO JUNIOR, 1942). Posteriormente, no início do século XX, em meados da Segunda Guerra Mundial, intensificaram-se os estudos e o interesse estadunidenses nos minerais brasileiros, chegando às terras nordestinas para a exploração de minerais bélicos e industriais, que eram a Tantalita, Columbita, Berilo e Mica. Há relatos da população acerca desta época. Nóbrega et al. (2010) ressaltam:

“É com acordos entre Brasil e Estados Unidos que surgem condições para financiar a política de desenvolvimento do setor mineral, resultando, por exemplo, na instalação, em 1942, da Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce” (NÓBREGA et al., 2010, p.142).

Estatais surgidas no governo Vargas ocupavam o Nordeste e o Seridó Paraibano com o objetivo de oferecer minerais mais demandados mundialmente na época. Nesse período, Nóbrega et al. (2010) destacam quatro empresas que atuavam no Seridó Paraibano. Eram: Silveira Brasil & CIA; Companhia Mineração do Nordeste; Companhia de Mineração Picuí e Heretiano Zenaite. Os autores Nóbrega et al. (2010) também destacam que a empresa Silveira estava direcionada para comercializar bens minerais produzidos pelos garimpos e no controle dos principais garimpos da região do Seridó.

A situação passou a mudar, quando, na década de 1950, foi realizada algumas ações diferenciadas para alavancar a atividade mineradora no Brasil, com a criação da Empresa Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás) em 1953, e o Banco do Nordeste, que ofereceu linhas de crédito para empresas mineradoras. Houve também, no governo de Juscelino Kubitschek, o surgimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Foi a partir desta nova dinâmica da mineração brasileira que o caulim, em 1970, começou a ser sistematicamente explorado, mas foi no final desta década que a exploração do caulim chegou na Paraíba com o apoio da SUDENE e da Companhia

de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba – CDRM. Anteriormente à exploração, a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba – CINEP, realizou projetos que culminaram no conhecimento geológico do território do Estado, permitindo localizar as minas de caulim nas regiões da Paraíba (NÓBREGA et al., 2010).

Para Francisco de Oliveira (1981), o surgimento da SUDENE marcou a entrada de grupos econômicos no Nordeste, que estavam centralizados na região Centro-Sul do país. Essa entrada de grupos econômicos nacionais e internacionais não foi feita sem conflitos. O Nordeste da época sofria uma efervescência política da parte dos trabalhadores urbanos e rurais, sobretudo destes últimos: “É no Nordeste (...), que o movimento das Ligas Camponesas utiliza o Código-Civil para combater a propriedade, o sobre-trabalho, o ‘cambão’” (OLIVEIRA, 1981, p.93). Com esta efervescência política dos trabalhadores relacionados às Ligas Camponesas, mais o declínio da burguesia regional nordestina, não tardou para que houvesse uma ação planejada do Estado para a resolução deste conflito de classes que vinha ocorrendo. Esse conflito de classe serviu como um motivo da intervenção planejada do Estado no Nordeste, ou nas palavras de Francisco do Oliveira (1981), a criação da SUDENE.

Várias foram as formulações deste conflito de classe descritas nos primeiros relatórios da SUDENE, detalhadas na obra de Francisco de Oliveira (1981, p.114). Estas formulações denotam a preocupação da burguesia do Centro-Sul no crescimento das forças populares no Nordeste, e sua intenção em intervir por meio do Estado e de modo planejado. Sobre tal planejamento, o autor afirma:

Precisamente por ser um mecanismo de aceleração da integração é que a intervenção do Estado é ‘planejada’, pois trata-se de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia do Nordeste por outros que tem sua matriz noutro contexto de acumulação: o ‘planejamento’ é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul. (OLIVEIRA, 1981, p.65)

Ou seja, o objetivo dessa intervenção no Nordeste foi também, além de conter as forças populares, a de tornar o Estado produtor por meio da SUDENE, sob a roupagem de “desequilíbrios regionais” do país. Tal intervenção, para Francisco de

Oliveira (1981), é característica do capitalismo monopolista, em que a burguesia industrial do Centro-Sul, ao destruir a economia regional do Nordeste (cana de açúcar e algodão), toma esta mesma economia sob suas mãos e controle, tendo o monopólio da região. Uma citação que conclua tal raciocínio é demonstrada pelo autor:

A SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção planejada no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981, p.116)

Essa intervenção deu um novo marco na divisão regional do trabalho no Brasil, que definiu como se elaborou a integração nacional da economia brasileira. Por meio da captura do imposto, o Estado reinverte esse excedente em capital e passa a criar os meios de exploração do trabalho e das matérias primas nordestinas: “O novo organismo detinha, entre suas funções, a capacidade de *criar empresas mistas*, combinando capitais da União, dos Estados e até do setor privado.” (OLIVEIRA, 1981, p.116).

Praticamente em qualquer ramo das atividades econômicas poderia a SUDENE implantar essas empresas estatais, como de fato as implantou, desde empresas destinadas ao abastecimento d’água nas cidades até uma unidade de produção industrial tão inequívoca quanto a USIBA – Usinas Siderúrgicas da Bahia.” (OLIVEIRA, 1981, p.116)

Por um lado, havia uma vontade política progressista no planejamento da SUDENE, que era um reflexo desse antagonismo de classes no Nordeste, em que as classes populares de alguma forma cobraram, mas também havia interesses econômicos que se sobrepunham a essa vontade política em prol da burguesia industrial na exploração de matérias primas e do trabalho no Nordeste. Tal fato e o objetivo ideológico da SUDENE juntamente com outras estatais, puderam ser comprovados na forma como se deu os garimpos de caulim em Junco do Seridó, que ficou “tomado” pelas empresas privadas de mineração do Centro-Sul do país, que se apropriaram dos recursos minerais da região e da força de trabalho nordestina.

Junto às companhias estatais de mineração da época, a SUDENE coopera com o programa Frentes de Emergência, junto aos Projetos Garimpos realizados pelas estatais de mineração, como uma forma de capitalizar as CDRM's do Rio Grande do Norte e da Paraíba. O programa político Frentes de Emergência, na região do Seridó teve como objetivo o domínio e a implantação da atividade mineradora na região e em Junco do Seridó no final da década de 1970 (NÓBREGA et al., 2010).

Em 1980, o Brasil se abria ao mercado internacional, gerando a instalação de grandes empresas minerais privadas no Nordeste, e a SUDENE já não fazia mais parte das ações em Junco do Seridó, ficando os garimpos a mercê das empresas beneficiadoras privadas. A Cerâmica Elizabeth, que utilizava o caulim para pisos cerâmicos, e o Grupo Germer, situado no Paraná, são exemplos das primeiras empresas privadas no município.

Nesse período, houve a instalação das áreas de decantamento destas empresas que beneficiavam o caulim bruto extraído pelos garimpeiros, que forneciam o caulim beneficiado nas indústrias de transformação situadas nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Recife e em outras cidades do país. Um caso específico é a Mineração Pacher, de domínio de José Valmor Pacher. Natural do Sul do país, prestou serviços ao grupo Porcelanas Indústrias Germer, originária da Alemanha. (NÓBREGA et al., 2010).

Em 1972, o grupo Germer investe na cidade de Equador, cidade vizinha de Junco do Seridó. Em 1975, José Valmor Pacher adquire uma terra de 270 hectares, e passa a ser um empresário fornecedor de feldspato e caulim beneficiados para o grupo Germer obtendo-os dos garimpeiros que passaram a trabalhar também na terra da Mineração Pacher. Outras empresas são instaladas em Junco do Serido, como a ARMIL e em 1990, a Mineração Santo Onofre e a Mineração Caulinó (NÓBREGA et al., 2010, p.5).

Em 1999, a exploração de caulim em Junco do Seridó representava 127.443 toneladas de reservas medidas, com participação de 48,25% do total das reservas de caulim na Paraíba, sendo, portanto, o maior produtor de caulim da região e da Paraíba. Neste mesmo ano, o caulim paraibano representava 42.962 toneladas de consumo anual de insumos de produção primária do Estado (BRASIL, 2009). Cabe agora, pois, analisar como se deu essa apropriação do recurso mineral caulim e a força de trabalho juncoense pelas empresas mineradoras.

4.2 Informalidade em Junco do Seridó - PB: flexibilização e organização do trabalho

As atividades mineradoras do Norte e do Nordeste diferem-se, como foi notado por Nóbrega et al. (2010), a respeito da mineração realizada no estado do Pará:

O processo do caulim é desenvolvido por empresas capitalistas com grande aporte de recursos tecnológicos e logísticos e com uma força de trabalho composta de técnicos, engenheiros, entre outros, com carteira de trabalho assinada, encargos sociais pagos, direito à férias (...) (NÓBREGA et al., 2010, p.149)

O Estado, para o caso de Junco do Seridó, na Paraíba, não criou uma infraestrutura que suporte o processo de extração do minério em larga escala no município, como é o caso da extração mecanizada na Amazônia, e sua ação na região está focada no estímulo à formação de cooperativas de garimpeiros e decantamentos⁵.

Compreender a condição de informalidade dos trabalhadores requer recuperar dados históricos acerca da criação dos garimpos de caulim em Junco do Seridó. O programa com maior importância para a criação dos garimpos de caulim na Paraíba foi o Programa Frentes de Emergência, que foi um programa do Governo Federal para a grande seca que atingiu o Nordeste nos anos de 1979 a 1984. Os registros da literatura indicam o surgimento da exploração de caulim nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte nesta época (NÓBREGA et al., 2010).

Antes da atuação da SUDENE no programa Frentes de Emergência, quem realizava o pagamento dos trabalhadores dos garimpos de caulim da Paraíba e do Rio Grande do Norte eram os órgãos DNOCS, EMATER e o Exército e, em seguida, com o apoio da SUDENE, maiores turmas de garimpeiros foram mobilizadas. O programa Frentes de Emergência contava com relevada participação estatal.

A natureza do programa Frentes de Emergência era atender as populações rurais e de baixa renda atingidas pela grande seca e oferecer uma medida de curto

⁵ NÓBREGA, José Aderivaldo da et al. Homens "Subterrâneos": o trabalho informal e precário nos garimpos de Junco do Seridó. Raízes, Campina Grande, v. 30, n. 2, p.141-152, jul. 2010. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_244.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

prazo para o “problema das secas”. Não visava criar uma infraestrutura eficiente para os municípios assolados pela estiagem. Alguns relatos indicam a criação de açudes e estradas, mas pouco de eficiente foi realizado. O programa, na região do Seridó da Paraíba e do Rio Grande do Norte, visava a ampliação de garimpos.

Os garimpeiros trabalhavam para o programa em uma condição de precariedade com pás, picaretas e sem equipamentos de proteção individual. A situação mais provável é de que a preocupação do Programa era oferecer um pequeno pagamento aos trabalhadores para não mantê-los em condição de miséria, pois a grande seca daquela época contava com o problema da fome. Isso é uma razão provável para a não preocupação em colocar os garimpeiros em uma situação de formalidade e nem oferecer uma infraestrutura eficiente que suportaria a mineração de caulim.

Outras razões mais superficiais para tal fato são a dimensão das jazidas em Junco, que são menores que as do Norte. Porém, em 2011, o Estado criou o programa EMPRENDER, que consistia no fornecimento de empréstimos para pequenas empresas para a modernização dos equipamentos e qualificações dos trabalhadores. Tal ação contribuiu para o aumento da quantidade de máquinas, mas não foi capaz de formalizar os trabalhadores (NÓBREGA et al., 2010, p.10).

Além da enorme seca que assolava o Nordeste no final da década de 1970, a economia mundial passava por uma crise econômica devido ao aumento dos preços do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) - em 1973 e em 1979 - e as sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar em 1978 e em 1985 (PINTO, 2013, p.44). A indústria passava por uma reformulação de sua organização e, para não perder seu crescimento lucrativo naqueles tempos de crise, criou-se, no que se denomina de “reestruturação produtiva” ou acumulação flexível, que é um processo de “flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado (...)” (PINTO, 2013, p.47).

É preciso entender que houve também uma contradição no interior das estatais de mineração, na atuação do Estado e na própria SUDENE, abordada por Francisco de Oliveira (1981). Estes elementos não atuaram na região do Seridó como fornecedores do desenvolvimento social e econômico. Ofereceram uma infraestrutura básica para amenizar os efeitos da seca, pois possuíam recursos estatais para tal fim. Quanto à mineração, uma atividade econômica, iniciaram estudos nos territórios,

denominaram-na de Província Pegmatítica da Borborema, mobilizaram turmas para trabalharem nos garimpos, e posteriormente, não houve mais registros de suas atividades na região. Não continuaram a presença do Estado nesta atividade econômica, enfraquecendo o desenvolvimento social e econômico da região do Seridó.

A inabilidade do Estado torna-se mais compreensível quando se encontra o motivo ideológico de suas atitudes. No final da década de 1970 e início da década de 1980, o Estado passou a flexibilizar suas barreiras institucionais para o avanço do livre mercado. Isso teve consequências desastrosas

Esse conjunto de ações estatais flexibilizadoras teve como base ajustes estruturais nas contas nacionais, afetando desde as políticas sociais até a continuidade do investimento estatal direto nos setores produtivos e financeiros, submetendo a alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao movimento do livre mercado. No que tange aos trabalhadores, passou-se a eliminar sistematicamente as regulamentações protetoras de direitos básicos, responsabilizando-os pelo engessamento dos mercados de trabalho, pela elevação dos custos de produção e subsequente diminuição da competitividade empresarial. Buscou-se acelerar sua mobilidade e flexibilidade entre setores, regiões, empresas e postos de trabalho, reduzindo os custos empresariais e eliminando a rigidez resultante da atividade sindical (PINTO, 2013, p.48).

E conclui

Em síntese, a instabilidade macroeconômica mundial surgida nos anos de 1970 e seus desequilíbrios, como a hipertrofia do capital financeiro, abalaram o crescimento dos mercados nacionais protegidos e em expansão desde o pós-1945, promovendo a utilização de inovações tecnológicas e organizacionais que, por sua vez, resultaram em novas formas de produção e circulação de mercadorias e serviços, alimentando mudanças nos mercados de consumo. O pilar do crescimento contínuo do consumo e da produção de massa de artigos standardizados foi então substituído por um consumo aparentemente personalizado, com mercados cujo lento e instável crescimento passou a ser atendido por um sistema produtivo “flexível”, “enxuto” e crescentemente transnacionalizado (PINTO, 2013, p.51).

Por meio desta perspectiva analítica, entende-se que em Junco do Seridó, com a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, e crescentemente transnacionalizado, a mineração, que era responsabilidade do Estado até meados dos anos de 1970 por meio de órgãos estatais, passou, junto com a transição da economia para a acumulação flexível, à iniciativa privada.

Junto com a contradição existente no seio do Estado brasileiro, que limitava a si mesmo, várias empresas privadas se instalaram a partir da década de 1980 em Junco do Seridó. Com a pequena infraestrutura lá instalada, como galpões e tanques

em alvenaria, as empresas privadas a utilizaram sem modificá-la por longos anos, junto com a precarização e informalidade, que são pressupostos da acumulação flexível, levando a contingentes de trabalhadores a jornadas de trabalho intensas, baixos salários, com mínimos de direitos trabalhistas e sua divisão interna enquanto classe:

Essas alterações nas qualificações exigidas e as segmentações a partir daí geradas na composição da classe trabalhadora vêm afetando sua organização política, atingindo duramente o poder de seus sindicatos frente aos Estados e entidades patronais. Mais especificamente, a diferenciação dos trabalhadores em grupos cada vez mais distintos vem fragmentando seus interesses como classe social, haja vista a evidente tendência de distanciamento em termos de reivindicações e participação política entre os mantidos estáveis em atividades supostamente qualificadas, frente aos mantidos em trabalhos precários (PINTO, 2013, p.49)

Essa divisão na classe trabalhadora, que tem sua causa na organização do trabalho, cria diferenças muito contrastantes nos trabalhadores do caulim. A região e a empresa determinam a situação do trabalho, criando contrastes que limitam uma atuação conjunta dos trabalhadores de caulim. Por exemplo, os garimpeiros de Junco do Seridó necessitam da ação do Estado para tornarem-se formais, os trabalhadores de caulim de outras regiões brasileiras, em sua maioria formalizados, preocupam-se com outras pautas trabalhistas, dividindo os interesses destes trabalhadores, danificando uma ação conjunta na melhoria do trabalho e no foco de suas situações.

Ainda que a organização macroestrutural do trabalho nos garimpos de caulim seja da acumulação flexível, a organização dos trabalhadores na divisão de tarefas dentro das minas pode ser compreendida como fordista: desde a limpeza do terreno ao processo de beneficiamento do caulim, os garimpeiros se dividem na execução de tarefas em funções específicas, para que o processo de execução do trabalho se dê em série.

4.3 Impactos ambientais da extração de caulim em Junco

Figura 8 - Rejeito de caulim em Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

No processo de extração e beneficiamento do caulim, são vários os impactos gerados ao meio ambiente, desde a forma como é captado o caulim nas rochas, que é precária e sem supervisão, até o seu processo de beneficiamento, em que toneladas de rejeitos são descartados no meio ambiente. Quando é feita a escavação da rocha, abrem-se enormes galerias subterrâneas, que podem desabar a qualquer momento, apresentando nenhum tipo de reforço de sustentação. A iluminação subterrânea é feita com o uso de velas, que também servem para medir o nível de oxigênio no subsolo.

Durante o processo de beneficiamento, o rejeito é descartado sem nenhum tratamento prévio, causando danos irreparáveis ao meio ambiente. Esse rejeito se transforma em pó e se espalha pela ação do vento e da chuva, poluindo o ar, os aquíferos, rios e açudes da região, afetando a população da cidade.

Figura 9 - Mina de caulim em Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Observando a imagem à cima, é possível localizar uma das minas de caulim e ver que a parte superficial do solo é composta por rejeito de caulim.

Nóbrega (2009, p. 18) ressalta a enorme devastação da mata nativa em Junco do Seridó, que é utilizada diariamente como madeira nos fornos usados para secar o caulim. Este descreve a utilização de quatrocentos metros de lenha de jurema para serem queimados nos fornos dos decantamentos de caulim pertencentes ao município.

É importante salientar que boa parte do Seridó Paraibano sofre com os impactos ambientais gerado pela atividade mineradora. Um trabalho que foi realizado a respeito deste problema, estudou os impactos causados pela mineração do caulim no município de Juazeirinho, na Paraíba, uma das cidades vizinhas de Junco do Seridó⁶. Não é incomum relatos de acidentes, de problemas com a qualidade da água e do solo dos municípios. O Seridó Paraibano, que se insere na Província Pegmatítica, região privilegiada geologicamente, tem diversas atividades mineradoras e boa parte dos municípios já sofreram ou vem sofrendo com os impactos destas atividades

⁶ SANTOS, Evilânia André dos et al. Impactos ambientais causados pela extração de caulim no distrito Barra de Juazeirinho (PB). Scire, Campina Grande, v. 1, n. 1, p.1-9, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.revistascire.com.br/artigo/2012/SETEMBRO/IMPACTOSAMBIENTAISCAUSADOSPELAEXTRACAODECAULIM.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

(informação verbal)⁷. Com isso, a paisagem do município de Junco se modifica pela atividade mineradora, na qualidade do solo, da água, da vegetação, impactando diretamente a vida de seus moradores.

Episódios recentes da mineração brasileira, como o caso do rompimento das barragens do município de Mariana (Minas Gerais) - no mês Novembro, do ano de 2015 - demonstra-nos como é a situação da mineração no Brasil e como esta deve ser abordada com seriedade. Vimos como se constituiu a mineração de caulim na região Norte e na região Nordeste, sendo esta última com enfoque na principal cidade da mineração do caulim na Paraíba. A primeira, com a produção destinada em quase a totalidade para a exportação, em que possuem portos privados onde é levado o caulim, e levado para outros países. A segunda, é destinada às empresas instaladas no país, que distribuem este caulim no mercado nacional. Ainda que a extração de caulim na região Norte apresente melhores condições tecnológicas e emprego com carteira assinada para os trabalhadores da mineração, são comuns os acontecimentos de vazamentos de caulim em rios amazonenses para a população próxima às extrações de caulim na Amazônia⁸.

⁷ Na região do Seridó Paraibano, é possível ver, através da BR-230, de acordo com os moradores locais, um açude, do qual não me recordo o nome, contaminado com a exploração do minério Urânio, que foi supostamente utilizado para a fabricação de bombas atômicas estadunidenses. Há boatos populares de que o urânio explorado nesta região deu origem às bombas Hiroshima e Nagasaki.

⁸ Relato disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mttnXlq6zW8>

5 OS GARIMPOS DE CAULIM E A CONDIÇÃO DO TRABALHO

Figura 10 - Trabalhador na mina de caulim em Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

A imagem acima, apesar de ter sido feita em 2008, ainda demonstra as condições de trabalho dos garimpeiros nas áreas de beneficiamento e nas minas de Junco do Seridó. O trabalhador, na imagem, está sem camisa e com bermudas que deixam seus joelhos e pernas à mostra e em contato com o pó do caulim. Observa-se também que a ferramenta deste trabalhador é uma pá, na qual ele maneja o caulim. O pó do caulim, apesar de não apresentar elementos pesados em sua composição, é nocivo quando exposto sucessivamente à pele.

A respeito da abordagem das condições de trabalho nas minas de caulim em Junco, utilizam-se como referência os autores Nóbrega et al. (2010), com excelente artigo sobre o tema. Inicialmente, os pesquisadores constataram em sua pesquisa, que as relações de trabalho nas minas de caulim em Junco não são firmadas por um contrato de trabalho, sendo desnecessário o uso da carteira de trabalho, ou seja: o trabalhador está sob a condição de informalidade enquanto garimpeiro do caulim. Ele trabalha nos garimpos extraíndo o caulim e o passa para as empresas beneficiadoras que negociam o caulim beneficiado para fábricas de porcelanas, tintas, isolantes elétricos etc. É uma relação informal, mas diretamente relacionada.

Nóbrega et al. (2010, p.6) nos diz que as empresas relataram que “nós apenas compramos o minério dos garimpeiros”. Mas, por trás deste discurso ingênuo, há a

necessidade de diminuir os custos do trabalho, de custos ambientais e tributários, viabilizando uma matéria prima de baixo custo, - por isso a não formalização dos garimpeiros que, nesta lógica, incluem-se apenas nos gastos empresariais.

Partindo deste pressuposto, o trabalhador que venha a querer trabalhar nos garimpos de caulim deve, primeiramente, se informar com os garimpeiros como deverá trabalhar na área e sem a supervisão de um técnico que o auxilie nas formalidades deste trabalho e na informação do objeto de exploração mineral que estará lidando. Não há informações adicionais, tais como contrato de trabalho, efeitos colaterais da exploração de caulim, como fazer o descarte adequado, de seus direitos trabalhistas etc. O trabalhador receberá parte destas informações no processo de seu trabalho como garimpeiro por meio de outros trabalhadores.

Turmas compostas se organizam e se articulam de diversas maneiras para trabalhar nas minas. O guincho e o caminhão, pertencente aos donos da empresa, são oferecidos aos trabalhadores para carregar o minério e levar os garimpeiros às minas. De acordo com Nóbrega et al. (2010), garimpeiros com mais experiência, que já possuem uma área definida para a exploração, podem ser também mobilizados pelos donos de garimpo que, de posse de um guincho e caminhão, acertam uma terra para explorar recebendo uma porcentagem. A jornada de trabalho dos garimpeiros é, de acordo com os pesquisadores, intensa e perigosa, e aqueles trabalham a maior parte do tempo no subsolo, extraíndo o minério da rocha:

Começam a trabalhar a partir das sete horas da manhã, almoçam no próprio garimpo. Após o almoço, descansam por um período de uma hora, e retomam o trabalho até o final da tarde, e são transportados para a cidade através das caçambas e caminhões que carregam o caulim, ou se locomovem em suas próprias motos (NÓBREGA et al., 2010, p.145).

De fato, podem ser considerados como homens subterrâneos no qual foram intitulados pelos pesquisadores utilizados como referência a este capítulo. A partir das sete da manhã, já se encontram adentrando ao subsolo para a extração de caulim. Ao meio dia, almoçam e descansam por um período de uma hora e retornam ao trabalho no subsolo até o final da tarde (NOBREGA et al., 2010). É uma jornada de trabalho intensa e perigosa, pois são muitos os perigos que existem no subsolo.

Uma reportagem realizada pela emissora de televisão Rede Globo⁹ reportou a morte de dois jovens garimpeiros de caulim em uma mina que localizava-se em um “topo de Serra”, em Tenório, município vizinho de Junco do Seridó. Era uma mina relativamente afastada da cidade. Quando a equipe de reportagem chegou ao local junto de técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM da Paraíba, encontraram a mina em estado degradante, junto de um guincho precário movido a motor que, de acordo com a reportagem, podia extrair até 80 toneladas de caulim por dia.

O técnico da DNPM observou fissuras e fraturas nas paredes da mina decorrentes da extração mineral, que podem gerar o desabamento destas paredes, além de outros fatores, como sendo o caulim um material inconsistente e friável que, de acordo com o técnico, tornam-se fatores de acidentes. Apesar dos acidentes, como disse a reportagem, esta mina ainda continuará a ser explorada, devido ao seu “bom potencial”. Cada carga de 10 toneladas extraídas desta mina, era vendida a 100 reais. Dos 100, 20 ficavam com o dono da terra e o resto era dividido entre os garimpeiros. A reportagem apontou que a necessidade financeira direcionava os garimpeiros a esta atividade perigosa e, como o trabalho é informal e seu pagamento depende do quanto que o garimpeiro extrai, muitos arriscam suas vidas para extrair mais caulim com intuito de vender individualmente a um empresário e possuir um valor a mais no bolso. Toda a forma de extração que o garimpeiro realiza nas minas é feito sem equipamentos de proteção na maior parte da região do Seridó Paraibano.

Nóbrega et al. (2010) ressaltam que as ferramentas utilizadas pelos garimpeiros são, em sua maioria, picaretas, alavancas, pás, guincho mecânico para içar os trabalhadores ao subsolo, martelotes e rompedores. Ele iniciam o processo de trabalho primeiramente com a “limpeza da serra” para começar as escavações, que se trata de uma etapa de desmatamento e limpeza do terreno. Segundo os pesquisadores, os garimpeiros com picaretas, pás e machados, vão fazendo a limpeza do local para começar a escavar. Por conseguinte, eles alugam uma retroescavadeira, que geralmente pertence às empresas locais, para continuarem a limpeza e iniciar as primeiras escavações. O objetivo desta fase de limpeza é o estabelecimento de um grande quadro limpo, que se constituirá, conforme explicam os autores, em uma galeria ou banquetta, que se constitui em uma espécie de

⁹ Reportagem disponível em: www.youtube.com/watch?v=1HS4E-XYnKY

trincheira com profundidades variáveis. Uma vez feita esta limpeza e cavado a banquetta para que seja possível retirar o caulim, o trabalho subterrâneo se inicia.

No subterrâneo, por meio de picaretas e pás, os trabalhadores vão retirando o caulim das rochas e o colocam em caixas de ferro para serem içados à superfície. Os pesquisadores enfatizam que estas tarefas são revezadas através dos grupos compostos. No interior das minas, os garimpeiros também separam o caulim denominado de “caulim bom” - que se caracteriza pela cor branca e com brilho - do caulim amarelo e de outros minerais que se apresentam na rocha. Esse tipo de trabalho é feito com um trabalhador operando o guincho que puxa até a superfície o material e os trabalhadores. Dois trabalhadores ficam escavando com a picareta e outros dois enchendo a caixa de ferro que está acoplada ao guincho. Em grupos de seis ou mais trabalhadores, a divisão se constitui a mesma, ou seja: um operando o guincho e os demais no subterrâneo retirando o caulim e amontoando nas caixas de ferro. Nóbrega et al. (2010), a título de resumo, descreveram as etapas realizadas pelos trabalhadores:

- Limpeza do terreno;
- Escavação para remover a camada superficial da terra;
- Escavação da banquetta
- Lavra do caulim (retirada da prede, fragmentação do material, separação e amontoamento);
- Envio para a superfície
- Comercialização/Entrega do produto. (NÓBREGA et al., 2010, p.146).

Em tese, a cada turma de garimpeiros que se organizam em turmas de seis pessoas, em Junco do Seridó, produz-se diariamente, em média, vinte toneladas:

No caso do beneficiamento, para separar as substâncias, se utiliza um motor que tritura o material bruto, para filtrar, utiliza-se tanques em alvenaria com água, para comprimir o material em pastilhas, utiliza-se prensas, em geral, manuais; e, para secar, recorre-se ao sol ou utilização de fornos à lenha. Já para triturar o material em grãos de dimensões específicas para o tipo de cliente, utiliza-se equipamento próprio (NÓBREGA et al., 2010, p.148)

Figura 11 - Material comprimido em pastilhas. Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Figura 12 - Material comprimido em pastilha sendo carregado. Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Figura 13 - Tanque em alvenaria para filtragem de material. Junco do Seridó - PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Figura 14 - Tanques em alvenaria e garimpeiro. Junco do Seridó - PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Figura 15 - Trabalhador movendo material em pastilha. Junco do Seridó - PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Como se pode observar nas figuras, a área de beneficiamento do caulim também é precária, e o trabalhador deve fazer todo o trabalho de beneficiamento, mesmo que este já tenha realizado o trabalho de extração do caulim. Todo o processo - extração e beneficiamento - é realizado pelos garimpeiros, no que corresponde a uma forma de trabalho muito intensa, precária e de baixos salários. Em relação a forma de pagamento, Nóbrega et al. (2010) relatam duas dinâmicas: diária e produtividade. O pagamento por diária é realizado nos finais de semana e de acordo com a quantidade de dias trabalhados. Em entrevista elaborada pelos pesquisadores, há o seguinte relato: “Lá eu trabalho por diária. No final da semana eu recebo 30 reais por cada dia que eu trabalhei. (Damião Soares)” (NÓBREGA et al., 2010, p. 146)

A forma preponderante de pagamento aos garimpeiros ocorre por produção. Neste tipo de modelo, os autores relatam:

Consiste em vender todo o caulim extraído, contabilizar toda a produção de um período (semana, quinzena e mês), retirar as despesas com transporte, combustível, manutenção, porcentagem do dono do garimpo (varia o valor) e o proprietário da terra (10%); e o restante é dividido entre os integrantes do grupo.” Em resumo, os garimpeiros recebem, em média, “o equivalente a um salário mínimo ou um salário e meio (NÓBREGA et al., 2010, p.147).

Os trabalhadores das minas de caulim em geral não recebem nenhum equipamento de proteção individual – EPI. A atividade mineradora tem uma instabilidade devido a estar propensa a mudanças no clima, podendo ser interrompido pelas chuvas, deslizamentos ou fechamento de lavras (NÓBREGA et al., 2010). Por não utilizarem equipamentos de proteção individual, um problema recorrente nas minas de caulim é o aparecimento de doenças respiratórias nos trabalhadores, já que a atividade mineradora libera na atmosfera poeiras contendo resíduos minerais, provocando doenças pulmonares em decorrência da inalação dessas partículas. Pergunta-se: por que não utilizam equipamentos de proteção quando estão em atividade de extração do caulim? A resposta é complexa. Os trabalhadores reclamam que não há ventilação dentro das minas. De fato, as minas possuem em média de 20 a 30 metros, podendo algumas chegarem a muito mais que isso, e a temperatura costuma subir um ou dois graus abaixo da superfície. Para o semiárido, a temperatura dentro das minas é insuportável¹⁰ (informação verbal).

Algumas minas possuem um amplo campo aberto, mas a maioria das minas afunilam-se conforme aumentam sua profundidade. Em um documentário denominado de “Os heróis do Caulim”, disponível na internet¹¹, as cenas que se iniciam nos mostram garimpeiros sem o uso de camisas, dentro de uma mina minúscula. Observa-se também que o caulim é puxado para a superfície através de um caixote enferrujado. O mesmo que leva o garimpeiro ao subsolo, como é mostrado no documentário. Este garimpeiro está em posse de uma câmera filmadora, na qual filma a profundidade em que está descendo. Novamente é possível observar os trabalhadores sem camisa, chinelo, com pás e picaretas. É curioso notar também, que em certas cenas do documentário, mostra-nos alguns garimpeiros de aparência juvenil.

¹⁰ Existe a lenda nesta região de que se as mulheres forem às minas onde os garimpeiros estão trabalhando, dá má sorte. A lenda apenas acoberta uma situação: muitos trabalhadores costumam tirar suas roupas devido ao calor.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zO1Sw24z-b8>.

Em algumas entrevistas elaboradas por equipes de reportagem aos garimpeiros, eles justificam seu trabalho na necessidade de possuir dinheiro para o sustento de suas famílias. Muitos chegam a trabalhar há anos nas minas de caulim e trabalham com a roupa do corpo, sem equipamentos de proteção.

Quem são estes trabalhadores? O trabalho nos garimpos de caulim é um trabalho predominantemente masculino, que abrange jovens e homens adultos, pois é um trabalho que exige muita força física, e devendo ser realizado até uma determinada idade. De acordo com dados obtidos pelo IBGE ¹² para o Censo Demográfico de 2010, foram utilizados os dados e separados na seguinte maneira para a presente pesquisa nos quadros abaixo.

Quadro 1 - População masculina distribuída por faixa etária e total de Junco do Seridó-PB

Homens:		
1 ano a 19 anos	20 anos a 59 anos	60 anos até 100 anos
1219	1731	358
Total:	3.308	

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Quadro 2 - População feminina distribuída por faixa etária e total de Junco do Seridó-PB

Mulheres:		
1 ano a 19 anos	20 anos a 59 anos	60 anos até 100 anos
1210	1708	417
Total:	3.335	

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Nesta pesquisa realizada pela autoria desta monografia, os dados obtidos pelo Censo Demográfico (IBGE, 2010) foram organizados de acordo com a faixa etária e o limite da idade. Através da divisão da faixa etária, nos é possível compreender a dimensão da informalidade em Junco do Seridó.

¹² IBGE, Censo Demográfico de 2010. Resultados da amostra – migração. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250780&idtema=97&search=paraibaljunco-do-serido|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->. Último acesso em 01, Nov. 2016.

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), a quantidade de homens economicamente ativos são 1.744 homens e 985 homens não economicamente ativos. Já o censo demonstra que são os homens a maioria na condição de responsáveis na família: 1.048 homens, e 409 homens contribuíam para o instituto de previdência. Mas o número chegava a ser maior para aqueles que não contribuíam para a previdência: 1.205 homens. Contribuir para a previdência tem relação direta com o emprego de carteira assinada. Já na jornada de trabalho, 153 homens tinham sua jornada de 15 a 29 horas semanais. O número aumenta quando a jornada é de 40 a 44 horas semanais, 790 homens; 45 a 48 horas, 150 homens. Para a jornada de 49 horas ou mais: 377 homens. O número maior de que tipo de emprego foi o de “ocupações elementares” para o sexo masculino: 828.

Outros dados apresentam que há no total 963 pessoas empregadas sem carteira de trabalho assinada e 792 pessoas empregadas sem carteira de trabalho assinada e não contribuintes da previdência, de um total de 6.643 pessoas residentes em Junco do Seridó. Outro dado importante foi a quantidade de pessoas (586) que se consideraram de “raça” Parda (maioria na população), na qualidade de empregados mas na condição de sem carteira de trabalho assinada, ao passo que na categoria de pessoas que exerciam o trabalho principal no município de residência em indústrias extrativas, o total foi de 501 pessoas. Através dos dados obtidos, observa-se alta predominância de indivíduos que trabalham no ramo informal.

No Censo Demográfico (IBGE, 2010), não foi possível adquirir o dado da quantidade de pessoas que trabalham sem carteira assinada divididas por sexo, mas o fator de não contribuir para a previdência pode revelar a situação do trabalho. É relativamente alta a quantidade de homens que não contribuem para a previdência: 1.744, ao passo que há 1.731 homens adultos (de 20 a 59 anos) em Junco do Seridó. Os números são muito próximos e podem indicar alguma relação.

Diante destas observações, a informalidade pode representar uma das marcas do trabalho em Junco do Seridó e acompanha a atividade dos garimpos de caulim. Na garimpagem, a situação é pior, pois não há órgãos públicos que acompanham cotidianamente a situação dos trabalhadores, apesar de conhecerem os riscos que a extração de caulim no Seridó Paraibano representa e, por ser o garimpo, uma atividade de risco.

A garimpagem é necessariamente o trabalho mais próximo ao trabalhador em Junco do Seridó? Se levarmos em conta a situação geográfica de Junco, sua situação

econômica e a de outros municípios vizinhos, como Santa Luzia, São Mamede, Tenório, Equador, entre outros, a resposta seria sim. Não há recursos públicos em Junco do Seridó que forneçam alternativas de emprego aos munícipes. A cidade consta com poucos órgãos públicos¹³ e a ação estatal na atividade de garimpo muitas vezes se resume à criação de cooperativas de trabalhadores(NÓBREGA et al., 2010) . Esta falta de recursos ajuda por deixar a população refém da informalidade, aumentando as desigualdades regionais brasileiras.

¹³ Informações obtidas no website do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/1CJN>

6 DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL

Quando falamos em desigualdade regionais, implicitamente há uma ideia de região. O presente trabalho analisa a região em algumas perspectivas, que podem ser complementares para o entendimento da desigualdade regional.

O conceito “região” denota uma complexidade de sentidos. É, como aponta Sandra Lencioni (2009), uma palavra de uso corrente e às vezes se exprime por metáforas, pois, de acordo com a geógrafa, “viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências” (LENCIONI, 2009, p.198). A palavra “região” torna-se, nesse sentido, próxima ao interlocutor comum. O conceito de “região” pertence como parte de uma totalidade, o espaço geográfico, e seus sentidos modificaram-se ao longo das culturas e civilizações, tornando-se dois conceitos, região e espaço geográfico, relativos no decorrer da história.

Ao longo dos estudos da Geografia, a região se estabeleceu como um recorte espacial, pois o espaço geográfico não é algo homogêneo em toda a superfície terrestre. Essas diferenciações das áreas são condicionadas pelas inter-relações de fenômenos físicos e humanos, como aponta Lencioni (2009). São diversos os métodos de abordagem dessas diferenças do espaço geográfico. Não nos cabe aqui descrevê-los, mas interessa-nos apontar algumas questões ideológicas por trás de discursos acerca da região.

Como afirma Lencioni, “a palavra ‘região’ assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política” (LENCIONI, 2009, p.198, grifo do autor). Dado a isto, não é atípico ouvirmos abordagens nos meios de comunicação em massa, no cotidiano do senso comum, em materiais didáticos escolares etc. A noção de ser o Nordeste uma região homogênea, em que suas características singulares também são homogêneas em toda a sua extensão regional, por exemplo, o Sertão e o Litoral. São mistificações geográficas que possuem uma condição ideológica construída historicamente.

Esse discurso ideológico deu suporte a várias intervenções planejadas no Nordeste, sob a ótica da região homogênea que sofre com recorrentes secas. Este foi um dos argumentos elaborados para a tal intervenção planejada. O processo é complexo e possui uma denotação econômica mais profunda, que requer maiores

estudos sobre o assunto, mas, é fato que este discurso da região homogênea que sofre com a seca ainda se mantém na mentalidade da população brasileira e teve início em outras “regiões” do país. O desenvolvimento regional desigual do país marcou a divisão regional do trabalho na economia brasileira, comandada pelo denominada região Centro-Sul, onde se possuía maiores concentrações de capital (OLIVEIRA, 1981).

O termo desenvolvimento regional desigual nos ajuda a compreender a diferença que existe na produção de caulim nas regiões brasileiras. Quando Oliveira descreveu a trajetória histórica do desenvolvimento desigual e combinado da região Centro-Sul - que abrange cerca de 1/3 do território e concentra a maior parte dos recursos econômicos nacionais perante a região Nordeste -, foi demonstrado um panorama das desigualdades regionais brasileiras, como um produto composto historicamente por condições econômicas pré-elaboradas pelas elites industriais em conjunto com as oligarquias agrárias. Ou seja, a desigualdade que vemos no Nordeste não é fruto do dado, sendo por fatores como seca ou falta de recursos estatais, mas como uma condição que nasceu do desenvolvimento desigual e combinado preparado historicamente pelas elites econômicas do país, que mantém regiões “atrasadas” em prol do desenvolvimento econômico de outras, como é o caso do Centro-Sul.

O problema da desigualdade regional do Brasil é histórica e se mantém, de acordo com Vesentini (1993), por tais fatores:

De fato, às enormes diferenças naturais existentes no interior do território brasileiro, vieram juntar-se as disparidades humanas: a riqueza de alguns ao lado da pobreza de muitos; a cultura popular praticada em algumas áreas frente à cultura dita moderna divulgada pelos meios de comunicação de massas; as áreas industrializadas e urbanizadas em comparação às regiões agrícolas e pouco urbanizadas. E essas disparidades regionais agravaram-se com a industrialização do país, com a integração nacional e a formação de um espaço geográfico unificado. (VESENTINI, 1993, p.215).

E conclui:

A industrialização do Brasil e sua concentração geográfica no Sudeste, especialmente em São Paulo, criou um modelo de organização espacial do tipo centro-periferias (...) Essa forma de organização do espaço geográfico liga-se a uma divisão inter-regional do trabalho, na qual o Sudeste do país especializou-se em produção industrial e as demais regiões fornecem a ele matérias-primas, gêneros agrícolas e às vezes até mão-de-obra.” (VESENTINI, 1993, p.215).

6.1 Origens do Desenvolvimento Regional Desigual: Centro-Sul e Nordeste

O desenvolvimento regional desigual do país, marcou a divisão regional do trabalho na economia brasileira, comandada pela denominada região Centro-Sul, onde se possuía maiores concentrações de capital, como foi dito anteriormente.

Para Oliveira (1981), o Centro-Sul do país passava por uma crise de acumulação gerada pela economia cafeeira e sua relação com o capital comercial e financeiro inglês e norte-americano, fazendo emergir novas formas de acumulação. Diante destas modificações condicionadas pela crise do café, as relações capital-trabalho foram regulamentadas e a legislação trabalhista tratou de tornar a força-de-trabalho algo com preços uniformizados, desenvolvida e específica. Essa regulamentação das relações capital-trabalho conferiram enorme potência à acumulação para a região Centro-Sul e as grandes beneficiadas com estas medidas foram as indústrias desta região, que tiveram seu capital disparado, dando-lhe taxas de acumulação muito superiores. As novas medidas na organização do trabalho beneficiaram as indústrias do Centro-Sul

O desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional* (grifo do autor), em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. Derrocaram-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, na rota das transformações operadas pela Revolução de 1930, pois existiam na forma de um imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros Estados; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, e aboliu-se a capacidade que detinha cada Estado de legislar sobre comércio exterior (Oliveira, 1981, pg.74).

Essa nova divisão regional do trabalho nacional marcava a implantação de um projeto nacional unificado, uma expansão capitalista e hegemônica. Com a força econômica que emergia da região Centro-Sul, esta poderia impor seu equivalente geral sob as outras regiões brasileiras, constituindo-se o centro do capitalismo nacional.

Não apenas com criação de mecanismos político-institucionais que se constituiu essa hegemonia, mas, como afirma o próprio autor, com “estradas de rodagem que tornavam fisicamente possível a circulação nacional das mercadorias produzidas no Centro-Sul (...) ao lado da quebra das “barreiras alfandegárias” entre os Estados” (OLIVEIRA, 1981, pg.75). Ou seja, a constituição dessa hegemonia também se deu fisicamente, modificando o espaço geográfico brasileiro.

Essa imposição do equivalente geral sob as regiões brasileiras também deu-se na forma de destruição das economias regionais brasileiras: “Esse movimento dialético *destrói para concentrar*, e capta o excedente das outras “regiões” para centralizar o capital” (OLIVEIRA, 1981, pg.76, grifo do autor).

Aqui está o cerne da desigualdade regional. Se destroem regiões para retirar o excedente e centralizar em outro local ou em outra região. São guerras que comumente fazem essas operações e pertencem a uma situação econômica global. Por meio desta argumentação, nos é possível compreender a lógica da desigualdade regional. Outro argumento que facilite esta compreensão é a de Francisco de Oliveira (1981) ao introduzir a lógica do sistema capitalista

A expansão do sistema capitalista de produção ocorre mediante ciclos sucessivos, determinados pela mudança na composição orgânica do capital. Tais ciclos, ou o ciclo capitalista, de forma genérica, são a forma que tomam as mudanças na composição orgânica do capital; elas correspondem, por sua vez, ao movimento de concentração e centralização do capital (OLIVEIRA, 1981, p.75).

Várias foram as ações que culminaram na destruição das “economias regionais” e no aumento das disparidades regionais. O movimento começa por destruir capitais no Nordeste:

São fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos “Nordestes”, que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da “região” em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração do valor (OLIVEIRA, 1981, p. 76).

Com isso, o Nordeste assistiu à destruição e fechamentos de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul e no predomínio das mercadorias desta região sobre a do Nordeste: “Nordeste açucareiro perde posição de forma alarmante, o próprio setor têxtil entra em decadência, o próprio “Nordeste” algodoeiro-pecuário começa a perder terreno para o algodão herbáceo produzido no Centro-Sul” (OLIVEIRA, 1981, pg.76)

É preciso também salientar que a conjuntura da época, a consolidação de uma burguesia industrial pós-30, caminhava no sentido de sua expansão, configurando o modo de atuação do Estado, que na época foi capturado por esta burguesia industrial em expansão. É notoriamente importante compreender como o Estado passou a atuar após o surgimento desta burguesia industrial, para entender a atuação da SUDENE. A burguesia industrial levou o Estado a implementar políticas econômicas para o reforço da acumulação industrial:

Uma política alfandegária que elevou a níveis nunca antes alcançados as barreiras alfandegárias para a proteção da indústria “nascente”, uma política de confisco cambial que capturava parte do excedente produzido pelas exportações justamente para financiar o câmbio favorecido para as importações industriais, uma política de crédito consubstanciada em instituições como o Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (OLIVEIRA, 1981, p.83).

O Estado passou a ser empreendedor: transferia sua acumulação na forma de imposto para a burguesia industrial e realizava as infraestruturas que beneficiariam a burguesia industrial do Centro-Sul. Já para o Nordeste, o Estado não mantinha a mesma relação com a burguesia industrial nordestina

A penetração das mercadorias produzidas no Centro-Sul, além de se ver favorecida pelas medidas de cunho político-institucional e pela melhoria dos transportes, será tanto mais facilitada por essa incapacidade da burguesia industrial nordestina adaptar seus esquemas de geração de valor às novas determinações que tinham seu lócus na região Centro-Sul. A consequência política de todo esse processo é a total perda do poder político da burguesia industrial açucareira-têxtil sobre sua própria “região” (...) Essa perda de poder político impedia-lhe de utilizar o próprio Estado, capturado pela burguesia industrial do Centro-Sul e, no Nordeste, pela oligarquia algodoeiro-pecuária, para redirecionar seus esquemas de reprodução (OLIVEIRA, 1981, p.90).

Com essa desestabilização da burguesia industrial, o poder da oligarquia algodoeira-pecuária no trajeto das economias nordestinas e no Estado culminou na ampliação dos conflitos de classe. A *pax agrariae* como é denominado por Oliveira (1981), começa a ser erodida. O proletariado nordestino, que para Oliveira (1981) também era semicamponês, passou a reivindicar terras e a abolição do trabalho semicompulsório. (OLIVEIRA, 1981, p.92)

A expansão do capitalismo do Centro-Sul ajudou por culminar esta *pax agrariae*. Diversos produtos vindos do Centro-Sul vinham com preços competitivos para o mercado do Nordeste, impondo ao semicampesinato que produzisse mais para se manter nas mesmas condições que estava antes. Como não podia produzir mais devido à estrutura fundiária na região, que predominavam grandes latifúndios, abandonava a terra pela sua expulsão em não conseguir manter-se, ou mantinha-se numa condição de exploração maior. Foi neste contexto que a *pax agrariae* colapsou, fazendo por surgir as Ligas Camponesas. (OLIVEIRA, 1981, p.93).

A criação da SUDENE tinha por cenário essa conjuntura econômica e política. A consolidação da economia capitalista do Centro-Sul e a hegemonia da burguesia industrial desta região, junto com a desestabilização da burguesia industrial nordestina, e a efervescência política das massas populares do Nordeste. Esta conjuntura moldou a atuação da SUDENE.

No ano de 1959, surgia a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, projeto do Executivo da União. Sua criação confluiu diversos debates e emendas. O Estado até então nunca havia sido produtor no Nordeste, ou seja, nos moldes da região do Centro-Sul, com a SUDENE, isso passou a mudar, mas com algumas características distintas.

Em tese, a SUDENE representava um organismo regional de planejamento que tinha em si algumas contradições devido ao conflito de classes no Nordeste. Pode-se dizer que esta possuía alguns conflitos de interesses, mas não tardou em ser um dos mecanismos – ela foi criada para isso – de captura do Estado no Nordeste pela burguesia internacional associada do Centro-Sul, que representará a passagem da economia do Nordeste para a economia nacional integrada. Para tal objetivo, parlamentares, como descreve Oliveira (1981), criaram leis que possibilitaram essa passagem e a hegemonia do capital industrial do Centro-Sul. A exemplo disso, Oliveira (1981) descreve o projeto de lei que regulamentava a dedução do imposto

de renda para as empresas que aplicaram essa dedução em investimentos industriais no Nordeste, que eram, logicamente, empresas do Centro-Sul.

Não cabe aqui descrever novamente os motivos que levaram a criação da SUDENE, que já foram apresentados em um capítulo anterior, mas cabe, agora, demonstrar como a SUDENE foi uma das portas abertas junto com outros departamentos estatais para a entrada de indústrias do Centro-Sul para o Nordeste através do exemplo de Junco do Seridó.

Os garimpos de caulim no Seridó Paraibano e outros tipos de mineração só começaram a surgir quando o algodão Seridó conheceu sua crise e o aumento da concorrência com o algodão do Centro-Sul. Os órgãos estatais da época, como o DNOCS, capturados pelas oligarquias no Nordeste, pouco fizeram para mudar a estrutura fundiária e agrária da região, que ainda era impregnada de arcaísmo. Criaram a chamada Frentes de Emergência, que eram um programa estatal para o Nordeste devido à seca ocorrida na época.

O programa em nada mudou a estrutura fundiária para o pequeno produtor no Nordeste poder ampliar sua produção agrícola no Seridó Paraibano para poder enfrentar a grande seca de 1979-1984, apenas atuou como um programa que movimentou uma gama de trabalhadores para o trabalho nos garimpos já detectados e mapeados como potenciais exportadores de minérios. Nesta mesma época, várias empresas do ramo industrial e mineral se instalaram no Nordeste, ampliando sua hegemonia nacional, muitas vezes via SUDENE. Os principais grupos econômicos do Centro-sul transferiram-se para o Nordeste e implantaram fábricas e unidades produtivas que, de acordo com Oliveira (1981), mesmo que operassem com capacidade ociosa ou mais econômicas se instaladas no Centro-Sul, “asseguram a homogeneização monopolista do espaço econômico nacional” (OLIVEIRA, 1981, p.125), integrando-se completamente o Nordeste à economia nacional.

6.2 Junco do Seridó nas veias do Desenvolvimento Regional Desigual

Nóbrega et al. (2010) relatam que com o apoio da SUDENE, se instalaram na Paraíba vários distritos industriais, dentre eles, em Campina Grande. Esses distritos industriais também trabalhavam com o setor mineral. Muito da produção do Seridó Paraibano passa por Campina Grande, que é o distrito mais próximo para esta região.

Muito se diz sobre a Rodovia Transamazônica, que foi uma obra com pouca utilidade, mas é esta a que faz a interligação das pequenas cidades do Seridó Paraibano à Campina Grande à leste, e à Patos à oeste, oferecendo, como muitos relatórios argumentam, um meio de manter o nordestino ocupando estas áreas. A rodovia oferece a possibilidade de carregar o caulim extraído de Junco do Seridó para os distritos industriais.

Figura 16 - Caminhão com carga de minérios em Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Essa possibilidade surgiu junto com o início da extração do minério de caulim em Junco do Seridó, no final dos anos de 1970. No início desta década, o caulim fora mapeado e passado pela sua extração em alguns lugares, assim como outros minérios, que também são carregados pela BR-230. A rodovia surgiu no governo Médici (1968-1974) e seu nascimento possibilitou a exploração mineral na região do Seridó Paraibano, a interrelação dos pequenos municípios e a migração da população para outros municípios ou Estados.

A rodovia BR-230 tem uma influência direta em manter a população alocada no interior da Paraíba, pois interliga as pequenas cidades e escoar mercadorias para estas e recebe suas matérias-primas. Essas cidades sobrevivem dessa interligação e a mineração da região, também.

O intuito da construção da rodovia Transamazônica indicava, para muitos, a pretensão de facilitar a mobilidade dos migrantes nordestinos para a Amazônia (GARCIA, 1984), mas, para a situação do Seridó Paraibano, ela pode indicar respostas complexas. Uma delas é ela ter mantido uma população, em geral pobre, que vinha sofrendo as consequências da seca de 1979-1984 e sem muito acesso à

escolaridade, nos municípios da região, e que passaram a ser mão-de-obra barata para a mineração, dado que a Província Pegmatítica da Borborema é uma região rica em minerais industriais.

Figura 17 - BR-230 em Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Figura 18 - Minerais próximos à BR-230 em Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Figura 19 - Caminhão próximo à BR-230 em Junco do Seridó-PB



Fonte: Ariane Dantas Privitera (2008)

Almeida (1937) conjurou duas condições para o planalto de Borborema na Paraíba. Para o autor, a Borborema exerce múltiplas influências da altitude, como um valioso relevo orográfico e recurso farto para a “mingua das secas” (ALMEIDA, 1937, p. 19). Ao passo que se constitui uma barreira, que perturba a “unidade antropogeográfica, estorvando as comunicações e como que insulando o interior do centro administrativo e comercial” (ALMEIDA, 1937, p. 19).

Para o autor, naquela época, não se contava com uma rodovia que interligasse o litoral, o agreste e sertão de alguns Estados do Nordeste e, neste caso, da Paraíba, possibilitando as comunicações e a diminuição da insularidade entre o interior e o centro administrativo e comercial. A rodovia Transamazônica realizou essa interligação, mas através de custos sociais. Ela assegurou a permanência do nordestino no interior, mas expropriando os recursos fartos da Borborema que foram sendo destinados às empresas que se instalavam nas áreas próximas à rodovia. Observando as figuras à cima, de Junco do Seridó, é nítido esta situação.

Na situação macro estrutural, a política do desenvolvimento regional desigual possibilitou a entrada de empresas privadas do Centro-Sul, como no distrito industrial de Campina Grande e na exploração do caulim em Junco do Seridó. Mesmo sendo o caulim de Junco do Seridó oferecido em menor quantidade e qualidade, assegura, como argumenta Oliveira (1981), a “homogeneização monopolista do espaço econômico nacional” comandada pela região Centro-Sul sob o Nordeste. Na realidade

micro estrutural, vivem-se os conflitos sociais, a exploração da mão-de-obra barateada e precarizada, a informalidade, a garimpagem e seus impactos ambientais.

A população trabalhadora local vive sob exploração de sua força de trabalho, das condições limitantes da desigualdade regional, que condicionam suas escolhas. As políticas públicas tornam-se sujeitas a interesses de terceiros, engessando soluções práticas para a população do interior, em situações como a seca, ou na administração de municípios, por exemplo.

É importante que estes municípios interioranos ofereçam cotidianamente os minerais essenciais às empresas privadas, mas a condição ambiental, social, a gestão da água para a população e outros meios para proporcionar soberania econômica à população que não a viver da exploração de minerais industriais não é assegurada.

Viver sob o desígnio da desigualdade regional é, junto com a subordinação econômica, condenar milhares de pessoas à uma opressão da qual não foram consultadas e marginalizá-las. Os trabalhadores do caulim não escolheram ser informais, nem estar em condições de precariedade e nem em condições de arriscarem suas vidas nas minas de caulim. A situação foi sendo criada por condições históricas, políticas e econômicas macro estruturalmente ao longo dos anos da realidade brasileira, com atores políticos acima de qualquer ação individual de um trabalhador, que modificaram o espaço econômico nacional e o colocaram em sua tutela.

Atualmente, pouco se modificou a condição da desigualdade regional brasileira e com as novas políticas que vem sendo elaboradas, de privatizações e abertura ao capital estrangeiro e da diminuição da responsabilidade do Estado nas atividades de mineração no país, por exemplo, a tendência é manterem-se regiões dependentes e o trabalho cada vez mais precário e informal. Os garimpos de caulim em Junco de Seridó, ainda que suas condições tenham melhorado, mantém-se perigoso e a informalidade permaneceu. Uma das provas é a desconversa de alguns responsáveis das cooperativas de mineradores a respeito da condição dos garimpeiros no trabalho e o Estado na região apenas manter uma política de criação de cooperativas de garimpeiros (NÓBREGA, 2009). São situações que requerem um olhar mais aprofundado, uma responsabilidade maior e mudanças concretas nas condições de trabalho dos garimpeiros e no cotidiano dos moradores de Junco do Seridó.

7 ALGUMAS SOLUÇÕES GERAIS PARA JUNCO DO SERIDÓ

Mudanças atualmente estão ocorrendo na economia brasileira. Estão sendo tomadas medidas de diminuição da atuação do Estado na economia e em diversos ramos da sociedade, não permitindo avanços na melhoria da condição de vida da população, pois é essencial políticas públicas. Há em rumo o fim do pacto neodesenvolvimentista e do mito da “missão civilizatória” da burguesia brasileira, que teoricamente traria o progresso econômico para o país e que pode ser conciliada por meio de políticas que a favoreça.

A política neodesenvolvimentista dos últimos anos não quebrou as estruturas sociais brasileiras de épocas, nem melhorou a condição social da classe trabalhadora com acesso a bens públicos de qualidade, ainda que seu acesso permanecesse universal e gratuito. Suas políticas de recuperação industrial e as políticas de isenção fiscal para a burguesia não funcionaram como um conciliador de classes por muito tempo. A crise do capitalismo atingiu em cheio o país e o desemprego surgiu. O modelo neodesenvolvimentista mostrou seu esgotamento.

Permaneceu a exploração sem medidas de recursos naturais e da força de trabalho como exemplos de progresso e civilização e a rigidez da propriedade da terra por grandes latifundiários do gado e da soja. O Estado torna-se cada vez mais ausente, permitindo o avanço de grandes multinacionais no território brasileiro, ampliando políticas globalistas.

O arcaico sistema fundiário que também permaneceu não permitiu dar melhores condições aos nordestinos que vivem no Sertão. Desprovidos da terra que desbravaram no passado, resta-os ser força de trabalho para empresas privadas cujos donos não pertencem à mesma região.

As políticas estatais foram oscilantes. Do surgimento de órgãos como Departamento de Obras Contra Seca (DNOCS) ou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foram criadas algumas infraestruturas que vieram facilitar a vida dos que vivem no Sertão, ao passo que criaram condições para a entrada de grupos econômicos do Centro-Sul na região para assegurarem sua hegemonia na economia nacional, e sequer enfrentaram o latifúndio.

Junco do Seridó pode ser um exemplo característico da Borborema, do Seridó Paraibano, mas esteve desde seu surgimento como município sujeito a fatores

exteriores a ele. O caulim é o que este provém para a dinâmica da economia em qual está inserido e sua forma de ser explorada está relacionada tanto a esta economia regional quanto à dinâmicas nacionais: a mineração brasileira guarda poucos resquícios da presença do Estado.

A privatização dos recursos naturais no país demonstrou estar defasada e reprodutora de desigualdades sociais e ambientais, a exemplo, novamente, da informalidade em Junco do Seridó e do desastre ambiental de Mariana, em Minas Gerais. É preciso reivindicar, a longo prazo, a estatização do controle dos recursos minerais da Província Pegmatítica da Borborema. Com a presença dominante do Estado, recursos naturais, como o caulim, voltariam a ser um bem comum, sob a vigilância da população. As cooperativas de garimpeiros tornar-se-ão responsabilidade dos trabalhadores do garimpo e não a donos de empresas da região do Seridó, como é realizado atualmente. As áreas de beneficiamento devem ser também estatizadas e os locais onde se encontram as jazidas devem ser expropriadas e entregues sob domínio do Estado. Para isso, é preciso também haver uma reforma agrária

O sistema prevalecente é, pois, essencialmente o mesmo das sesmarias reais do período colonial, só que agora as concessões de glebas dependem da prodigalidade de políticos estaduais. Em todo os desvãos do Mato Grosso e Goiás, do Maranhão, do Pará e do Amazonas, milhões de hectares de terras virgens foram concedidos, nas últimas década, a “donos” que nunca as viram, mas um dia se apresentam para desalojar os pioneiros sertanejos como invasores que, tangidos por um movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores, as alcançaram, almejando nelas se instalarem permanentemente (RIBEIRO, 2015, p. 258)

O sistema fundiário no assim chamado “Brasil Sertanejo” (RIBEIRO, 2015, p. 250) se mantém bastante dominada por latifundiários e com normas muito rígidas, que beneficiam os grandes proprietários. É, pois, arcaica e mantém privilégios de classe, impossibilitando a divisão de terras de forma igualitária, que poderiam beneficiar o sertanejo, oferecendo a oportunidade de trabalhar com sua própria terra, diminuindo, assim, sua dependência aos grandes latifundiários e às grandes mineradoras.

Uma reforma agrária poderia beneficiar os trabalhadores do caulim, pois não se veriam obrigados a pagarem taxas para os proprietários das terras onde se encontram as jazidas e nem serem direcionados ao trabalho nos garimpos, podendo

trabalharem com a agricultura, ofertando uma maior quantidade e qualidade nos produtos agrícolas do Seridó Paraibano.

Falar de reforma agrária em um Brasil cada vez mais dominado pelo Estado mínimo, não é utópico, e sim necessário, para que o debate possa permanecer, e que as soluções não se percam no horizonte político.

O sistema capitalista produz suas próprias contradições, “destrói para concentrar” (Oliveira, 1981, p.76), cria a miséria para grandes contingentes populacionais, que migram para outras localidades e tornam-se o excedente necessário para o capital. A oferta é monopólio de quem tem o poder de produzir mais, nem que para isso dominam-se regiões, países ou a obtém pela guerra. Não é, pois, ilógico, desestruturado, sem planejamento ou falta de vontade que certas contradições existam. Elas fazem parte do sistema capitalista e é necessário para o capital que existam para que este continue a se reproduzir. O trabalhador do caulim não é um aventureiro inato que desbrava terras do Seridó a encontro de caulim mais puro com o intuito de vender para seu enriquecimento próprio. É, portanto, forçado a um trabalho miserável pois se encontra expropriado da terra e de meios para a produção. O mesmo se diz para a região do Seridó Paraibano, para a Província Pegmatítica da Borborema, para o Nordeste. Seus recursos encontram-se nas mãos daqueles que não vivem nem as viram, expropriadas para as empresas de outros Estados e nações.

8 CONCLUSÃO

A monografia permite emitir as seguintes conclusões:

1. O caulim é da composição ($\text{Al}_2\text{O}_3 \cdot m\text{SiO}_2 \cdot n\text{H}_2\text{O}$), formado pelo mineral caulinita, abundante na superfície terrestre e um dos mais importantes minerais industriais.
2. O Brasil é um dos grandes exportadores de caulim no mundo, sendo que o maior produtor de caulim no país é a região Norte, concentrando sua produção em três estados: Pará, Amapá e Amazonas. Duas empresas controlam a produção de caulim no Norte: Vale e Imerys. Estas, possuem portos privativos onde escoam o caulim beneficiado para outros países e as suas áreas de mineração as pertencem. As duas empresas possuem porte tecnológico que tornam sua produção de caulim em larga escala, em que o caulim passado pelo processo de beneficiamento viaja por um mineroduto até chegar ao porto privativo.

Os principais países de destino do caulim brasileiro são: Bélgica (32%), Estados Unidos (26%), Canadá (15%), Finlândia (12%) e Itália (5%). Em relação ao caulim manufaturado, os principais destinos foram: Paraguai (19%), Argentina (14%), Bolívia (12%), Angola (11%) e Estados Unidos, com (9%) (BRASIL, 2014)

A exportação do mineral caulim no Brasil é direcionada para diversos setores industriais, principalmente a indústria do papel, como elemento de alvura e fixação de impressão, para revestimento “coating” e para carga “filler”. Para o consumo interno, as principais formas de utilização do caulim são para a fabricação de cimento e para a indústria de cerâmica.

Outros Estados também produzem caulim: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte entre outros, sendo a produção focalizada no consumo interno.

A produção do caulim brasileiro que é destinada ao mercado internacional é dependente das condições econômicas do comércio internacional e da situação das empresas que a controlam.

Por ser sua exploração realizada por empresas privadas, os municípios onde estão localizados as minas de caulim recebem uma remuneração devido aos impactos da atividade mineradora, através da CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração

de Recursos Minerais. A CFEM é destinada a 65% ao município onde ocorre a exploração, 23% ao estado onde se localiza o município e 12% para a União.

3. A indústria do caulim na Paraíba concentra-se no Seridó Paraibano, ou na chamada Província Pegmatítica da Borborema, região privilegiada geologicamente, onde se encontram os minerais de pegmatito, sendo o caulim um deles.

Junco do Seridó é o município mais importante da região na exploração de caulim e seu início se deu como uma Frente de Emergência para a grande seca que abalou o Nordeste nos anos de 1979 a 1984. Turmas de garimpeiros foram formadas para realizarem os primeiros trabalhos de garimpo no município e na região do Seridó Paraibano.

Órgãos estatais como o Departamento de Obras Contra Secas – DNOCS e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foram as duas entidades que realizaram a formação das turmas de garimpeiros na região. Posteriormente, não houve mais atuação destas entidades, ficando a exploração de caulim pertencendo à empresas privadas, como a Mineração Pacher.

A condição do trabalho dos garimpeiros permaneceu a mesma desde o seu início. O trabalho é realizado com pás e picaretas, muitas vezes sem equipamentos de proteção e em locais com infraestrutura precária. Não há registro trabalhista dos garimpeiros, estando eles na informalidade até atualmente.

Os impactos ambientais da mineração de caulim em Junco do Seridó contabilizam muitos prejuízos, como toneladas de rejeitos sendo descartados à céu aberto, podendo contaminar o solo, açudes e o lençol freático. A abertura das minas de caulim é feita realizando enormes galerias subterrâneas e não apresentam nenhum tipo de esforço para sua sustentação, podendo desabar. Muitas árvores são cortadas para serem utilizadas como lenha para secar o caulim.

4. A condição de informalidade dos trabalhadores do caulim está relacionada com a organização do trabalho, a acumulação flexível, que entrou em vigor no final dos anos de 1970, com uma transição à iniciativa privada, à flexibilização das leis trabalhistas, e na mínima presença do Estado nas atividades econômicas. Ela também pode ser compreendida por meio das desigualdades regionais brasileiras.

Esta condição imposta para os trabalhadores do caulim foi também uma consequência da entrada de capitais de fora da região e do Nordeste, e vindos do Centro-Sul, que, junto com a ação do Estado no Nordeste, por meio de órgãos estatais

em fornecer subsídios para a entrada destes capitais, contribuiu para a presença bonançosa das empresas privadas na região.

A iniciativa privada, imbuída da acumulação flexível, que era seu método mais rápido e fácil para a exploração da mão-de-obra e da matéria prima, não poupou em colocar seu método em ação, muito menos em se preocupar com as condições de seus trabalhadores e das condições ambientais das cidades mineradoras.

Tal fato, ainda que regional, demonstra a situação da mineração no Brasil, que encontra-se tomada pela sua privatização e pela precarização das condições de trabalho e ambientais, principalmente em regiões mais interioranas do país, onde o Estado não é muito presente.

Ainda que a extração de caulim na região Norte apresente melhores condições tecnológicas e emprego com carteira assinada para os trabalhadores da mineração, não é impopular os acontecimentos de vazamentos de caulim em rios amazonenses para a população próxima às extrações de caulim na Amazônia.

5 . Soluções à longo prazo foram pensadas para englobar a situação como um todo, como a estatização da atividade mineradora em Junco do Seridó, pois a iniciativa privada mostra-se defasada e prejudicial para os trabalhadores, ao município e ao meio ambiente, pois tenta-se reduzir custos não formalizando os trabalhadores, nem melhorando a infraestrutura das áreas de mineração, e não há preocupação com os rejeitos à céu aberto. São custos ambientais e sociais não pagos para que a produção seja maximizada.

Junto com a estatização da atividade mineradora em Junco do Seridó, deve-se também realizar, a longo prazo, uma reforma agrária, visando a redistribuição de terras na região, para que os que vivem no Seridó Paraibano não tornem-se novamente reféns da atividade mineradora, podendo trabalharem com outros ramos, por exemplo, a agricultura, que melhoraria a condição alimentar da população do Seridó Paraibano.

9 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, Barcellos, Bertaso & Cia, 1937. 290 p. (Biblioteca de investigação e cultura, direção do prof. Josué de Castro).

AVELINO, Nathalia da Nóbrega Medeiros et al. Extração do Caulim em J unco do Seridó, Paraíba:: análise dos impactos ambientais e da saúde dos trabalhadores. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7., 2002, Palmas. **VII CONNEPI**. Palmas: Vii Connepi, 2012. p. 1 - 6. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/4697/1526>>. Acesso em: 5 abr. 2016

RECIFE. Edilton José dos Santos, Cícero Alves Ferreira, José Maria F. da Silva Jr. Secretaria de Minas e Metalurgia (Org.). **Geologia e Recursos Minerais do Estado da Paraíba**. Recife, 2002. 234 p. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/5034/Geologia_Paraiba.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 maio 2016.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral-SGM. Banco Mundial. Banco Internacional para a reconstrução e desenvolvimento –BIRD. **Relatório Técnico 39: Perfil do Caulim**. 2009. 61 p. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256650/P28_RT39_Perfil_do_Caulim.pdf/c122682a-3c84-40e8-b7f4-e18894f3d42c>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral-SGM, Departamento Nacional de Produção Mineral –DNPM. Sumário Mineral. 2014. 152p. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2014>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2011. 504 p. (Obras reunidas de Florestan Fernandes). Prefácio José de Souza Martins.

GARCIA, Marília Fontana. Nordeste: O reverso da medalha. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.67-71, jun. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000100015>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GUERRA, Antonio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1972. 439 p.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2009. 214 p. (Acadêmica ; v.25).

NÓBREGA, José Aderivaldo da et al. Homens "Subterrâneos": o trabalho informal e precário nos garimpos de Junco do Seridó. **Raízes**, Campina Grande, v. 30, n. 2, p.141-152, jul. 2010. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_244.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião::** Sudene, Nordeste, Planejamento e Coflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 132 p. (Estudos sobre o Nordeste ; vol. 1).

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 358 p.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 88 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. 408 p. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

SANTOS, Evilânia André dos et al. Impactos ambientais causados pela extração de caulim no distrito Barra de Juazeirinho (PB). **Scire**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p.1-9, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.revistascire.com.br/artigo/2012/SETEMBRO/IMPACTOSAMBIENTAISC AUSDOSPELAEXTRACAODECAULIM.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

